



Anais da Assembléia

Nº 124

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE SETEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Su- plentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Bar- bosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Su- plentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Na- mir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Su- plentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Piz- zato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Su- plentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Su- plentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boi- ko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Su- plentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Su- plentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caio Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 85.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados Cleiton Kielse e Dalton Machuca (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 053/93.

Curitiba, 14 de setembro de 1993.
Senhor Presidente.

Visando complementar ações prioritárias do Plano de Governo, tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que concede autorização ao Poder Executivo, através do Tesouro Estadual, e a empresa sob controle acionário do Estado do Paraná a concessão de aval, fiança ou

outras garantias a operações de crédito e financiamentos perante agentes financeiros nacionais e internacionais, relativas aos projetos a seguir relatados.

O Governo vem construindo a Ferroeste, obra de maior importância para a economia paranaense, uma vez que aumentará a competitividade internacional da produção de grãos das maiores regiões produtoras do Estado, com recursos exclusivamente do Tesouro Estadual. Na atual fase de andamento do projeto faz-se necessário viabilizar financeiramente a aquisição dos trilhos através do aporte de recursos de terceiros. Assim, torna-se indispensável a realização de operação externa de crédito no montante de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros reais).

A preocupação do Governo do Estado em que a sociedade paranaense incorpore e tenha acesso aos desenvolvimentos tecnológicos, vem se cristalizando nas atividades realizadas pelos seus centros de tecnologia. Assim, vem-se de solicitar ao FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - concessão de crédito no valor de Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros reais) para a implantação de dois Laboratórios.

O Laboratório Aberto de Software a ser instalado no TECPAR, que objetiva o desenvolvimento de softwares com tecnologia paranaense e assim, além de incorporar na sociedade esse conhecimento específico, atenderá as peculiaridades da economia e sociedade local. O Laboratório de pesquisa Biotecnológica objetiva a implantação de um Centro de Biotecnologia no Paraná, que permitirá o desenvolvimento e incorporação dessa nova tecnologia de forma apropriada às atividades agrícolas, da indústria de alimentos paranaenses e mesmo no desenvolvimento de novos medicamentos para a área da saúde pública.

Ainda junto ao FINEP está sendo encaminhado o projeto de implantação do SIMEPAR - Sistema Meteorológico do Paraná - solicitando sua participação no financiamento do mesmo com recursos de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros reais). O SIMEPAR prevê a instalação, no Estado, de uma rede de estações e quatro radares meteorológicos os quais permitirão previsões meteorológicas a curto prazo e com alto grau de confiabilidade, o que é indispensável para qualquer sociedade principalmente para um estado como o Paraná que tem sua economia fortemente vinculada às atividades agropecuárias. Este sistema, segundo especialistas da área, propiciará, quando em funcionamento, uma redução das perdas nestas atividades de em torno de US\$ 200 milhões, o que demonstra ser um projeto de grande retorno para a sociedade paranaense.

Finalmente, a República Federal da Alemanha coloca à disposição do Governo do Paraná linha de crédito de até US\$ 12 milhões (cerca de Cr\$ 1.500.000.000,00) para a aquisição de equipamentos para laboratórios e de meteorológico que serão destinados ao Instituto de Saúde do Paraná, às Universidades Estaduais e a outras entidades da administração do Estado como o convênio COPEL/IAPAR para o SIMEPAR. Esses equipamentos são de grande importância para a melhoria da qualidade do serviço de saúde pública paranaense e para a melhoria da pesquisa e da formação de futuros profissionais pelas universidades e escolas de segundo grau do Estado.

Dada a consonância destes projetos com o Plano de Governo e sua importância para a sociedade paranaense solicita-se aos nobres Deputados Estaduais a autorização para que o Tesouro do Estado possa avaliar estas operações de crédito, aprovando o anteprojeto de lei que ora encaminho. Tal solicitação terá impacto reduzido no nível de endividamento do Estado, em torno de 5% (cinco por cento).

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI N° 493/93

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a garantir através de aval do Tesouro Estadual a operações de crédito e financiamento interno ou externo a seguir discriminados:

I - até o montante de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros reais) para a compra de trilhos pela Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. a serem aplicados no trecho Guarapuava-Cascavel;

II - até o montante de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros reais) para instalações e compra de equipamentos para o Sistema Meteorológico do Paraná - SIMEPAR, criado pelo Decreto Estadual n° 2.152, de 17.03.93, a ser implantado pelo Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR e pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL;

III - até o montante de Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros reais) para implantação e compra de equipamentos do "Laboratório Aberto de Software" e do "Laboratório de Pesquisa Biotecnológica", pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR;

IV - até o montante de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros reais) para aquisição

e instalação de equipamentos de laboratórios científicos, médicos, tecnológicos de informática, de meteorologia e de materiais, a serem tomados pelo Instituto de Saúde do Paraná - ISEPR, pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, pelas Universidades Estaduais, pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL e por outras entidades da administração estadual que apresentem projetos tecnicamente adequados e economicamente viáveis.

§ 1° - As garantias de que trata este artigo, na forma de aval, carta de fiança ou outras formas, inclusive garantias reais, poderão ser oferecidas pelas empresas sob controle acionário do Estado do Paraná, às quais os projetos objeto de financiamento estejam direta ou indiretamente relacionados.

§ 2° - Os valores referidos nos incisos deste artigo serão atualizados monetariamente, no dia primeiro de cada mês subsequente a setembro de 1993, mediante aplicação do IGPM/FGV, ou outro índice de uso corrente que seja disponível no início de cada mês.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 054/93

Curitiba, 14 de setembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com manutenção da referida entidade.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes do excesso de arrecadação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI N° 494/93

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo

anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o

Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II, desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPPLEMENTARY

ALEXON

11 03

THE 4th (1st 21st)

[illegible]

ACRESCIMO
DA RECEITA

ANEXO II

FL 01

CPS 1.00 (REA

| CODIGO | ESPECIFICACAO | FT | VALOR |
|------------|---|----|----------|
| | IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS ECONOMICAS DE APUCARANA | | |
| 1321.00.00 | Juros de Titulos de Renda | 50 | 3.500.00 |

A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMIENTO N° 3464

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 484/93.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMIENTO N° 3468

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUEREM Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 475/93, de sua autoria, que visa criar o Município de Goioxim, desmembrado do Município de Cantagalo.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3469

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei n° 485/93.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei em questão torna de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santo Antônio do Sudoeste/Pr.

Tendo em vista que toda a documentação está em ordem, e a urgência da referida declaração de Utilidade Pública para que a entidade possa assinar convênios até o fim deste mês, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 3416

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 3454

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei Complementar n° 044/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, da Ordem do Dia de hoje por 3 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) RENATO ADUR

Apoio: Nilton Barbosa

REQUERIMENTO N° 3463

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER autorização desta Casa, para viagem à Brasília, onde pretende desenvolver gestões e entendimentos com a Bancada Federal do Paraná, no sentido de que os municípios que aqui representa, sejam beneficiados por recursos através do Orçamento Geral da União, cujo prazo para apresentação de emendas acha-se aberto, visto que os municípios de sua região, não contam na presente legislatura, com representantes junto ao Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 3467

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a instituição de Comissão Especial integrada por 05 (cinco) Parlamentares e respectivos suplentes com a finalidade de organizar estudos e debates institucionais relativos ao Sistema Estadual de Ensino e reforma da Lei Estadual n° 4978, de 05 de dezembro de 1964, estimando-se o prazo de duração dos trabalhos em 120 (cento e vinte dias) corridos contados de sua instalação.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

O estágio dos debates no Congresso Nacional da Lei de Diretrizes da Educação e a longa vigência da Lei Estadual n° 4978/64, hoje ao lado de múltiplas outras normas esparsas, são os fundamentos do presente requerimento.

Pretende-se desencadear, no âmbito da Assembléia Legislativa, amplo debate com as instituições governamentais e não-governamentais em relação ao Sistema Estadual de Ensino e reforma da Lei Estadual n° 4978, de 05 de dezembro de 1964, estimando-se o prazo de duração dos trabalhos em 120 (cento e vinte dias) corridos contados da efetiva instalação da Comissão Especial.

As tarefas da Comissão consistirão na consolidação e reforma da legislação vigente, em sua adequação às modernas exigências de gestão de educação pública no Estado e no repensar do ensino particular, mediante redefinição das competências neste campo.

REQUERIMENTO N° 3412

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Edgar Fraga, ocorrido em 24/08 do corrente, nesta Capital.

Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades em todos que o conheciam.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3413

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Luiza Gabardo Andretta, aos 82 anos de vida, ocorrido em 24/08 do corrente, nesta Capital.

Era mais conhecida como a benzedeira "Dona Dídia", e que por muito tempo ajudou inúmeras pessoas que a procuraram por vários motivos. Prestou um belo serviço à comunidade.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3414

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a todos os Srs. Vereadores do Estado do Paraná, pelo transcurso, dia 1° de outubro, do Dia Nacional do Vereador.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Vereador Jorge Bernardi, Presidente da UVEPAR - União de Vereadores do Estado do Paraná, para que receba e dê conhecimento a todos os Srs. Vereadores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, 15.09.93

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Ao ser comemorado no dia 1° de outubro próximo o Dia Nacional do Vereador, almejamos que seja feito deste dia o momento da compreensão e da gratidão, reconhecendo o inestimável trabalho desse político no atendimento do cidadão de quem é a esperança primeira. Que lhe seja dado o devido reconhecimento, inclusive porque é basicamente a Câmara Municipal a primeira escola política.

Ao conviver com o povo, o Vereador convive mais amiúde com os problemas da cidade na área urbana, nos bairros e vilas, seja nos distritos e povoados. Assim sendo, o seu trabalho é diuturno e o encaminhamento das questões e dos pedidos mais constantes.

O Legislativo Municipal constituído pelo conjunto de Vereadores é o órgão onde repercute a vontade soberana do povo; onde o Vereador luta pelos elevados interesses dos cidadãos.

Por essa razão é de justiça ressaltar e assinalar o transcurso do Dia do Vereador.

Devemos reconhecer que estes legítimos servidores merecem encômios, não apenas de nossa parte, como Parlamentares e, também

representantes populares, mas de toda a sociedade.

A passagem do Dia Nacional do Vereador, assinala uma data a ser festejada por todos os que têm algum envolvimento com a nobre atividade da política.

Pois, o Vereador é o elo primeiro da transmissão da vontade popular, exercendo o mandato de base por delegação dos eleitores titulares da soberania. É ele que se encontra mais atento e próximo dos problemas comunitários e das mais legítimas reivindicações populares.

É portanto, com todo o respeito que o Vereador é merecedor que este Deputado, como representante do povo neste Poder, se associa às homenagens a ele prestadas pela população paranaense.

REQUERIMENTO N° 3448

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação à Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, Clube dos Diretores Lojistas, Associação Paranaense de Supermercados e ao Sindicato do Comércio Varejista, por colaborarem financeiramente com o Conselho Comunitário de Segurança, num projeto que visa tirar o menor da rua e lhe dar um futuro melhor.

As crianças e adolescentes que andam a esmo, ociosas, pedindo esmolas, terão oportunidade de escolarização, serviço de saúde, pernoite, trabalho e tudo o mais que um ser humano tem direito.

Com esta obra, Ponta Grossa se enquadrou no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os menores ficam tão protegidos quanto as empresas e as pessoas de bem que andam nas ruas.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência a todas as entidades acima citadas.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3451

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de congratulações, na Ata dos trabalhos desta Sessão, pela fundação do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná, bem como pela eleição da primeira diretoria, fato que vem contribuir para a melhoria das relações institucionais que a sociedade organizada deve estruturar.

Requer ainda, que a decisão deste Plenário seja comunicada à referida Entidade.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3457

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de voto de congratulações à cidade de Ponta Grossa, parabenizando sua população pelo aniversário desta grande cidade, que na data de hoje comemora 170 (cento e setenta) anos de criação.

A cidade de Ponta Grossa, que cresce rapidamente e de forma ordenada, merece todos os elogios desta Casa, por representar a força e a pujança de um povo trabalhador e honesto, que muito contribui para o crescimento de um Estado forte e rico.

Requer-se, também, seja enviado ofícios para a Prefeitura Municipal e para Câmara Municipal de Ponta Grossa, informando da aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 3417

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para o Colégio Estadual Estados U. da América, do Município de Paranaguá, de aparelho de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3418

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Estadual Faria Sobrinho, do Município de Paranaguá, de aparelho de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3419

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para o Escola Estadual Cidália R. Gomes, do Município de Paranaguá, de aparelho de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3420

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para o Escola Estadual Dido A. de C. Viana, do Município de Paranaguá, de aparelho de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3421

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a

doação para o Escola Estadual Olívio Belich, do Município de Porto Amazonas, de aparelho de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3422

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para o Colégio Estadual Coronel Amazonas, do Município de Porto Amazonas, de aparelho de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3423

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para o Colégio Estadual Frederico G. Giese, do Município de Piên, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3424

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Estadual Santo Antonio, do Município de Pinhão, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3425

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Rural Estadual América de Cima, do Município de Morretes, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Estadual Prof. Arlindo de Castro, do Município de Morretes, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os

educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3427

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Rural Estadual de Barreiros, do Município de Morretes, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3428

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Rural Estadual Benedita da Silva Vieira, do Município de Morretes, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes do Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3429

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Rural Estadual Canhembora, do Município de Morretes, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som

e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3430

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Rural Estadual Marumbi, do Município de Morretes, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3431

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Estadual Miguel Schleder, do Município de Morretes, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Estadual Mundo Novo, do Município de Morretes, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3433

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Rural Estadual Retiro Fraterno de Meninos, do Município de Morretes, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Rural Estadual Rio do Pinto, do Município de Morretes, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são

necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3435

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Colégio Estadual Rocha Pombo, do Município de Morretes, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3436

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Rural Est. Professora Izabel F. Siqueira, do Município de Pinhão, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3437

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto, do Município de Pinhão, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos

métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Estadual Serra Negra, do Município de Guaraqueçaba, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3439

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Rural Estadual Rio Verde, do Município de Guaraqueçaba, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3440

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Colégio Estadual Marcelino Dias, do Município de Guaraqueçaba, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3441

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Rural Estadual Itaqui, do Município de Guaraqueçaba, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3442

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Rural Estadual Ilha Rasa, do Município de Guaraqueçaba, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Rural Estadual Ilha das Peças, do Município de Guaraqueçaba, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3444

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Rural Estadual São Luiz, do Município de Pinhão, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3445

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Estadual São José, do Município de Pinhão, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3446

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Escola Estadual Procópio F. Dias, do Município de Pinhão, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação para a Colégio Estadual Mário Evaldo Morski, do Município de Pinhão, de aparelhos de televisão, vídeo-cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3450

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República e ao Ministro da

Fazenda, para que os mesmos autorizem, ainda que em caráter excepcional, que os cigarros adquiridos no Paraguai e que são apreendidos pela Receita Federal, que atualmente queima-os, sejam levados a leilão e que o produto realizado seja doado à Campanha contra a Fome, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3453

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições conferidas pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial ao Exmo. Sr. Stênio Jacob, Digno Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando providências para a instalação de Rede Coletora de Esgoto, com tratamento dos efluentes, na Vila Rio Branco, Município de Ponta Grossa.

Especificamente nas ruas Mato Grosso, Junqueira Freire e Emiliano Pernetta existem casas que lançam águas servidas (pia e tanque) na rua, tendo em vista que não existe rede coletora de esgoto no bairro e ainda é inviável a construção de fossa, em razão do terreno ser saibroso, não possuindo absorção.

Além disto, existem pontos onde o lençol freático é aflorante, o que torna o problema existente ainda mais complexo.

Com esta justificativa, espera que o gravíssimo problema seja solucionado o mais rapidamente e agradece, desde logo, as providências tomadas pela SANEPAR e o apoio que esta Casa empresta à questão.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO N° 3455

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando providências no sentido de determinar a construção imediata de um módulo policial no bairro de Vila Cipa, no município de Ponta Grossa.

As reclamações, dos moradores da região, têm sido freqüentes e totalmente justificadas, tendo em vista, principalmente, o grande número de desocupados que têm tomado as ruas do referido bairro, praticando pequenos furtos e até mesmo invasões a residências. Tentando evitar um mal maior, pede-se a implantação urgente de um módulo policial que zele pela segurança dos moradores.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO N° 3456

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando providências no sentido de determinar a construção de um módulo policial no Conjunto Santa Paula, no Município de Ponta Grossa.

Justifica-se tal solicitação em virtude do crescimento exagerado da violência naquela região, causando pânico entre a população, principalmente entre as crianças e jovens que fazem o percurso entre a escola e suas casas, sem contar com invasões às residências que têm aumentado sobremaneira.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO N° 3458

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Osmar Dias, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, no sentido de que seja liberado recursos financeiros e materiais para a implantação do projeto Chácara Municipal, no Município de Engenheiro Beltrão.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, José Orlando Romeiro e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As propostas do recém-empossado Prefeito de Engenheiro Beltrão, exercendo primeiro mandato e oriundo das raízes do PMDB, são todas elas de alto teor social e visam o desenvolvimento de seu município, especialmente o crescimento e a melhoria de qualidade de vida da sua gente.

Um desses projetos, o qual pede a participação da SEAG, objetiva instalar numa área próxima a cidade, pertencente ao município, uma chácara para plantio de hortaliças e criação de aves.

Num, consórcio com o comércio local, com as famílias de Beltrão, o Prefeito aproveitará as crianças, filhos de famílias carentes, cuja permanência nas ruas é preocupante e integrá-las a um programa pedagógico nesta área.

Com barracões para criação de aves poedeiras e de corte, contando ainda com lotes subdivididos para plantio de verduras variadas, o programa terá a participação da SEED e da PROVOPAR, além de Técni-

cos da Prefeitura para acompanhar os trabalhos.

A produção será usada para reforço da merenda escolar e o excedente vendido aos supermercados da cidade, subsidiando a manutenção da chácara.

REQUERIMENTO N° 3459

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de solicitar a liberação de recursos financeiros a materiais para a construção de uma cancha polivalente no Colégio Estadual Padre Manoel da Nóbrega, EPSG, em Umuarama.

Do aprovado, Requer ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Antônio Romero Filho, ao Presidente da Câmara Municipal, José Evangelista de Albuquerque, e a direção da Escola (rua T. Souza, 2750).

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A escola em questão necessita de instalações adequadas para a realização das atividades recreativas e para prática de educação física, uma vez que atualmente estas são realizadas em condições precárias, em locais não adequados que contribuem para aumentar ainda mais o difícil trabalho pedagógico dos professores além de proporcionar desconforto para os alunos.

REQUERIMENTO N° 3460

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabilizada a liberação de recursos financeiros para a construção de uma ponte sobre o Rio Mourão, na divisa entre os Municípios de Engenheiro Beltrão e Quinta do Sol.

Do aprovado, requer ainda comunicação aos Prefeitos José Orlando Romeiro de Engenheiro Beltrão e Florival Peres de Marco, de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A população destes municípios vem apresentar essa reivindicação junto ao Secretário dos Transportes e ao DER desde há muito tempo, pois trata-se de uma das prioridades em todos os clamores dos que por aquele trecho transitam. As dificulda-

Curitiba, quarta, em 15.09.93

des são grandes e sendo a estrada um importante elo de ligação e meio de acesso aos dois centros urbanos que a utilizam para escoamento das safras de grãos, principalmente.

REQUERIMENTO N° 3461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, no sentido de que seja viabilizada a liberação de recursos financeiros para a construção de um Posto de Saúde no Município de Cafezal do Sul.

Do aprovado, requer ainda comunicação aos ilustres Prefeito Moisés Mendes Sanches, ao Presidente da Câmara Municipal e ao Secretário Municipal de Saúde, Senhor Paulo Takada.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A população deste mais novo município vem apresentar essa reivindicação junto ao Secretário por não possuir local adequado para o pronto atendimento na área da saúde, visto estar se estruturando e a participação da Secretaria do Desenvolvimento é primordial, especialmente nas obras da área social, dado as características da população local ser basicamente de famílias carentes.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 015/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área a seguir descrita, para que a população decida sobre a transferência da referida área, do Município de Turvo para o Município de Prudentópolis:

"Tem o ponto de partida na confluência do Arroio da Zona Colonizada, também conhecido como Arroio Faxinal da Boa Vista, com o Rio Marrecas, subindo por este até a confluência com o Arroio da Areia, sobe por este até atingir a linha seca de divisa com o Município de Prudentópolis, segue por esta até atingir o Arroio da Zona Colonizada, descendo por este até a sua confluência com o Rio Marrecas, ponto de partida".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A área em questão passou a pertencer ao Município de Turvo, através de uma reificação de divisas proporcionada pela Lei n° 7727, de 25 de julho de 1983; repare-se que o Município de Turvo foi emancipado pela Lei n° 7576, de 12 de maio de 1982.

Liga-se, esta área, rodoviariamente, a ambas sedes municipais, tanto à de Turvo como à de Prudentópolis, sendo que dista, respectivamente, 30 km e 70 km das sedes. A isto, é de se acrescentar, que se a ligação com Prudentópolis for feita por rodovia pavimentada, a distância aumentará de 70 para 100 km da área.

Do ponto de vista da economicidade, verifica-se que o atendimento das necessidades básicas da população, quer em termos de saúde ou de educação, bem como outras expectativas pertinentes, pode ser melhor providenciado pelo Município que se encontra fisicamente mais próximo.

Indo além, verifica-se na própria população interessada, a existência de interesse na manutenção do "Status quo", o que virá a ser evidenciado quando do resultado da consulta que ora é proposta.

Assim sendo, solicitamos dos nobres Pares a atenção e a conseqüente aprovação à matéria em tela.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 495/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Ibrahim Abudi Neto.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Ibrahim Abudi Neto, chegou ao Oeste do Paraná em 1950, na época uma terra inóspita e, como toda região no início de seu processo de colonização, encontrava-se em precárias condições, com estradas quase intransitáveis, onde muitas vezes o jipe era o único veículo que permitia acesso.

Estabelecendo-se na região, Ibrahim Neto deu início a todo um trabalho que conduziu a sua colonização e desenvolvimento. Fazendeiro, criador de gado girlandês, realizou extensa atividade agropecuária, conduzindo-a de forma científica.

Como fruto do trabalho e esforço levado a cabo por ele e seus colonos, nasceu o distrito, hoje Município de Francisco Alves, em homenagem ao saudoso cantor.

Conhecendo detalhadamente a região,

Ibrahim também colaborou com a Polícia Federal no combate ao contrabando, freqüente na época, não obstante os riscos a que muitas vezes se submetia ao prestar tal auxílio.

Ibrahim Abudi Neto foi também fundador da cidade de Lupionópolis, cujo nome é uma homenagem ao ex-Governador Moysés Lupion.

A coragem e o espírito de luta, aliados a uma mentalidade progressista, certamente constituíram importantes características deste pioneiro e colonizador que, reconhecidamente, legou-nos sua contribuição ao desenvolvimento de nosso Estado.

PROJETO DE LEI N° 496/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro na Cidade de Rosário do Ivaí, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., é uma sociedade de caráter assistencial, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com sede e foro no Município de Rosário do Ivaí - Estado do Paraná.

A Associação foi fundada em 08 de março de 1990, tendo por finalidade principal a assistência social e promoção humana, sem distinção de cor, credo, raça, enfim, sem qualquer forma de preconceito.

Destina-se ainda à proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, bem-estar social e demais necessidades básicas da criança, mãe nutriz e gestante.

Exposto isto, e considerando que a Associação em pauta vem cumprindo com o objetivo para o qual fora constituído, nada mais justo que seja reconhecida de Utilidade Pública, para cuja proposição conta o Parlamentar com o apoio de seus Pares com assentamento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 497/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a licitar ou celebrar convênio objetivando a execução de projetos técnicos e obras de construção do edifício-sede da Casa Latino-Americana (CASLA).

Parágrafo Único - Dos projetos técnicos e obras de construção fará o Estado do

Paraná termo de cessão de uso à Casa Latino-Americana (CASLA).

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

A Casa Latino-Americana (CASLA) constitui instituição genuinamente paranaense de renome internacional.

Fundada em 1985, a Casa Latino-Americana empreende as ações de integração e solidariedade internacional, nisto preenchendo histórica lacuna da ação de governo. O Relatório de Atividades em anexo, do período compreendido entre os anos de 1985 e 1992, é a prova da humanitária missão levada a termo pela insigne instituição.

Colima o presente Projeto oferecer pelo Estado do Paraná as condições materiais mínimas de funcionamento à Casa Latino-Americana (CASLA). A iniciativa quer significar, a um só tempo, a inclusão na agenda política da questão latino-americana e a consolidação do mais eficiente, até agora, mecanismo paranaense de coordenação internacional. Sinaliza, assim, para a necessidade de prosseguir e ampliar as tarefas de integração e solidariedade entre as nações latino-americanas.

A CASLA já possui terreno nas proximidades do Parque Barigüi - em regime de cessão de uso firmado com o Município de Curitiba - em cuja pedra fundamental se inscreve expressão de Simon Bolívar, verdadeira justificação do projeto de Lei atual: "Coloquemos lá Piedra Fundamental de La Libertad de América. Vacilar es Paracer".

Objetiva-se, agora, o desenvolvimento dos projetos arquitetônico e complementares de engenharia, assim a construção de definitivo e digno edifício-sede da Casa Latino-Americana (CASLA). Com uma área construída total estimada em 715,00 m2, a descrição vem detalhada no plano de necessidades constante do documento intitulado "Projeto Casa Latino-Americana. Curitiba-Paraná 1993", em anexo. Os custos dos projetos e obras vêm estimados no anexo Ofício sob nº 1258/93 - DECOM, de 25.06.1993.

Obra de múltiplos significados, o edifício-sede da Casa Latino-Americana (CASLA) deverá reservar ao Paraná o papel de pólo cultural, científico, econômico e turístico das nações da América Latina e Caribe, rendendo aos latino-americanos justa e atualíssima homenagem.

PROJETO DE LEI Nº 498/93
A Assembléia Legislativa do

Curitiba, quarta, em 15.09.93
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A transferência pelo Tesouro do Estado ao Instituto Educacional do Paraná - FUNDEPAR - dos recursos relativos ao salário-educação será efetuada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da data de seu ingresso no Tesouro do Estado.

Parágrafo Único - Após o transcurso do prazo referido no caput deste artigo, incidirá sobre o valor devido à FUNDEPAR cláusula de atualização monetária baseada na Tabela Referencial Diária (TRD), ou em outra que a substitua legalmente, até a data do efetivo repasse.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

A especial destinação dos recursos relativos ao salário-educação requer a consagração de mecanismos de proteção contra o processo inflacionário.

O presente Projeto preenche lacuna legislativa quanto aos prazos de transferência pelo Tesouro à FUNDEPAR do salário-educação e institui o mecanismo da atualização monetária para a hipótese de retenção pelo Tesouro por prazo superior a 02 (dois) dias úteis.

A consequência mais imediata do enunciado é a perenização das atuais políticas públicas implementadas no setor, prevendo-se inclusive sua ampliação em face da capitalização da entidade educacional do Estado.

Registre-se, finalmente, que as crises financeiras de outras épocas no setor educacional decorreram, em geral, do atraso sistemático nos referidos repasses e de sua alocação temporária para outros setores da Administração, fazendo-se muito depois sua transferência em valores extraordinariamente depreciados.

PROJETO DE LEI Nº 499/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Promocional e Assistencial de Toledo (APA)" com sede e foro na cidade de Toledo, Estado do Paraná, à Avenida J. J. Muraro, 1.423 - Jardim Porto Alegre.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Conforme os Estatutos a Associação Promocional e Assistencial de Toledo (APA), é uma entidade de Direito Privado, de natureza promocional e assistencial, sem fins lucrativos, e que tem como finalidade: Assistência promocional do menor em situação irregular; Orientação e promoção social da Juventude sem amparo familiar e Integração social da velhice desamparada.

A entidade vem cumprindo por mais de 10 anos sua responsabilidade, somando esforços para minimizar o sofrimento e oportunizando ao menor, ao jovem e principalmente ao velho, condições mais favoráveis para o desenvolvimento total de sua dignidade como pessoa humana.

O relatório de atividades que anexamos, traduz o relevante trabalho que a entidade vem desenvolvendo em favor das pessoas, carentes e necessitadas.

Para que a Associação promocional e Assistencial de Toledo possa melhor servir e ser ainda mais eficiente na consecução de suas finalidades, é justo que seja reconhecida como Utilidade Pública pelos nobres Deputados desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 500/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada de Rodovia Dr. Diogo Emanuel de Almeida, a Rodovia BR-153, no trecho que liga os Municípios de Imbituva a Irati, neste Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 15.09.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Diogo Emanuel de Almeida, nasceu no Município de Imbituva, em 12 de dezembro de 1938. Filho de João Joaquim de Almeida e Ely Pinheiro de Almeida.

Formação:

Fez o curso primário na Escola Isolada de Fazenda São Paulo (Bocó); da 5ª a 8ª série, cursou no Ginásio Imaculada Virgem Maria de Prudentópolis; concluiu o Curso Técnico em Contabilidade na Escola Técnica de Comércio Pontagrossense, em Ponta Grossa e Colégio Iguaçu, em Curitiba.

Embora não tendo concluído iniciou o curso de Sociologia, Política e Administração Pública, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná; e, por fim, o Curso de Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Atuação Profissional:

- Banco Inco S/A - Ponta Grossa;
- Oficial de Registro de Imóveis na Comarca de Imbituva;
- Professor do Ginásio Estadual "Dr. Alcides Munhoz" e no Colégio Comercial de Imbituva.

Atuação Política:

- Vereador do Município de Imbituva, pelo extinto Partido Democrático Cristão (PDC);
- Presidente da Câmara Municipal de Imbituva de 1966/1969.
- Prefeito do Município de Imbituva pela ARENA, 1977/1982.

Destaque:

- Fundador do Jornal "O Imbituvense".
- Falecido prematuramente em 18.10.1982, deixou esposa Sra. Orniz Balclê Ditzel Roth e as filhas Yrles Grace, Gilnarê e Karina.

Trata-se de uma justa homenagem proposta pelo nobre edil Joaquim Pinheiro de Almeida, da Câmara Municipal de Imbituva, que nos associamos e solicitamos sua devida aprovação pelos nobres Pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Andando pelos municípios circunvizinhos a Ponta Grossa fomos indagados qual seria o critério que S. Exa. o Governador do Estado do Paraná adotou para a distribuição de ambulâncias aos Srs. Deputados desta Casa.

Perguntavam à nossa pessoa se nesse Parlamento, Sr. Presidente, tem Deputados de uma, duas ou três estrelas ou se tem Deputados alinhados a favorecimento e a prestação de serviço, principalmente, no que se refere à troca através de seus pedidos em benefícios a serem recebidos pelas comunidades que representa. Nós, aqui, no sentido único, de um Poder Legislativo, não podemos admitir, de forma alguma, que alguns poucos levem aos seus domicílios eleitorais as benesses que são pagas pelo povo do Paraná. É o dinheiro do povo do Paraná. Somos Deputados do Paraná e não de um Partido Político. Sempre nos pautamos nesta Casa com respeito ao Líder Renato Adur - que respeita a maioria, mas que, infelizmente, na ação administrativa e política deste Paraná não encontramos aquela decência na pessoa, principalmente, daque-

le que destina verbas, viaturas e, acima de tudo, atenções administrativas a esse interior do Estado.

Não há diferença do Paulo Maia, do Colombino Grassano, do seu Oswaldo Trevisan, do meu amigo Severino de Moura, do Alborghetti ou de quem quer que seja, mesmo sendo aquele que, sistematicamente, aqui se posiciona contrário aos interesses partidários de um ou de outro partido. Nenhum dos Srs. Deputados, nesta Casa, tem a pretensão de defender o seu partido, nenhum dos seus Deputados pelas suas palavras, pelos seus Projetos, por suas ações faz com que o partido seja colocado em primeiro lugar.

Voltei a esta Casa em janeiro último, mas aqui passei de 1974 até 77, nunca encontrei - Srs. Deputados, nunca encontrei mesmo naquele tempo quando existiam dois partidos - ARENA E MDB, não tinha essa discriminação, não existia nesse Paraná isso que testemunhamos hoje e até por sinal indagavam aquelas pessoas.

Zuk, parece que houve briga na distribuição de ambulâncias. Teve alguém que levou mais de dez ambulâncias! E eles reclamavam entre eles, parece que brigando por uma coisa que é do Povo do Paraná.

Não há, nas minhas palavras, ressentimento nenhum com quem quer que seja, mas há nas minhas palavras de que precisamos nesta Casa levantar a voz através da imprensa aqui credenciada, chega, chega de dar e receber em troca. Nesta Casa tem que dar os votos com a consciência e com a vontade do povo do Paraná e não por partido e principalmente por interesse daquele que realmente quer dirigir.

O Paraná é um só. A família do Paraná seja ela quem for, nascida no nosso interior ou nessa Capital, assentada por outros Estados do Brasil e que vieram somar conosco - estrangeiros, somos um só. Esse Parlamento não pode ter discriminação. Voltarei em outra oportunidade para oferecer ao Paraná esta discussão necessária. Chega de benefícios a quem vota com o Governo. Vamos dar ao Paraná a vergonha necessária àqueles que se escondem, se escondem fazendo benefícios que não é dele. Ambulância é nossa, nós que ajudamos a pagar. Carro de polícia é nosso, o Paraná paga, seja ele servidor público, seja ele comerciante, seja ele industrial, seja ele um homem comum. O trabalhador do Paraná tem que ser respeitado. Nesta Casa cada um tem uma votação. Tenho os meus votos, os Senhores possuem os seus, mas a vergonha no desempenho do mandato tem que estar acima de paixão que nós aqui na Casa infelizmente estamos sendo testemunhas.

Essa bancada aqui de visitantes que nos honram com suas presenças, esses prefeitos que aqui vieram ao Parlamento, essa

bancada da esquerda não recebeu nenhuma ambulância, nenhum carro de polícia, mesmo representando os interessados do Paraná. Não pedimos para nós, pedimos para a nossa cidade. O Fregonese pediu para Paranaguá. Outro Deputado pediu para o seu domicílio no interesse da família paranaense.

E o que é que vimos?

Vimos que aqueles que realmente se aliam, aqueles que se identificam num caminho pelo qual a vontade de alguém que quer realmente ser superior. E não será superior nunca! Acima dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo só tem um pessoa: Deus! Acima de nós só tem Deus e nenhum homem irá fazer prevalecer a sua vontade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Faz soar os tímpanos).

Deputado, conclua o seu pensamento.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - O Deputado Zuk poderá utilizar o Horário da Liderança do nosso Partido.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço, Deputado Paulo Maia.

O Sr. Colombino Grassano - Estranhei, Sr.

Deputado. Até parece que o Paraná é um grande hospital na distribuição de ambulâncias. Mas o que me levou mais a estranhar foi que vi muitas ambulâncias ou muitos carros distribuídos com o nome do BANESTADO Clube. Seria essa distribuição fruto do dinheiro que desapareceu, dos milhões de dólares desaparecidos do Banco do Estado e que pertencem à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu? Seria fruto desse desaparecimento as ambulâncias, os carros, as kombis com o BANESTADO Clube? Porque, o BANESTADO Clube, também fez distribuição de ambulâncias e de veículos a vários Deputados que apóiam o Governo do Estado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço ao ilustre Deputado Colombino Grassano. E falo isso porque quem veio nos visitar...

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Conceda-me um aparte, Deputado?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Quando terminar este raciocínio.

Vieram nos visitar nesta Casa companheiros do interior e encontraram ali onde está o nome de cada um dos Srs. Deputados na garagem, cada Deputado tem uma garagem...

O Sr. Luiz Carlos Martins - Um aparte, Deputado!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Logo em seguida,

Luiz Carlos.

Ali se assentavam, naqueles lugares destinados a carros dos Srs. Deputados, ambulâncias. E ele dizia: "Zuk, que coincidência, no lugar do Plauto, do Algaci Túlio, do Paulo Maia, no teu lugar, do Mário Bezerra, do Luiz Carlos Martins não tinha ambulância nenhuma, estava vazio!" As ambulâncias estavam lá em baixo esperando a hora de ser levada ao interior do Paraná, pensando que, com isto eles irão ganhar votos!

Acho que o povo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já está suficientemente maduro, esclarecido e não vai trocar votos por ambulância. A ambulância é um direito! O carro de polícia é uma obrigação do Governo! Eles não estão fazendo benefícios nenhum! Não existe mais troca e voto de coronel! Existe coronel na Rede Globo - no Renascer! No Paraná não tem mais! Voto de curral onde o cabo eleitoral, onde a ambulância, onde o Governo fazia voto não tem mais, Srs. Deputados!

A família paranaense está acordando. Nós sabemos perfeitamente bem que também o Brasil já foi enganado, agora há pouco. Mas, não será mais enganado. A imprensa falada, escrita, televisada, aquela que não vai, aquele que realmente é limpa, é decente, é honesta, mostra ao Brasil a verdade do quadro nacional, a vergonha que nós encontramos a nível federal, nos ministérios, na LBA! Está escrito nos Anais dos jornais do Brasil! Está estampado nas revistas nacionais! E estão sendo mostrados no vídeo daqueles que não têm compromisso, com aqueles que detém o mando.

Neste Paraná é igual! Se nós queremos encontrar alguma coisa que realmente mostre a verdade, é difícil encontrar, pois nesta Casa os valores são diferenciados.

O Sr. Luiz Carlos Martins (Aparte) -

Nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, primeiramente quero manifestar a Vossa Excelência que divirjo da metodologia pela qual foram distribuídos estes veículos, inobstante tenha, mediante indicação da Liderança do Governo, feito a indicação para fins de distribuição de dois destes veículos: um ao Município de Roncador e outro ao Município de Anai, regiões de Campo Mourão e Oeste do Estado.

Quando no episódio mais recente da distribuição dos veículos, das viaturas policiais, tive oportunidade de apresentar minuta, após discussão em Bancada à Liderança do Governo e do PMDB, Deputado Renato Adur, que justamente fazia inquirir ao Governador do Estado os critérios e metodologia de natureza técnica que orientavam aquela distribuição.

Mas, é dever. Vossa Excelência tem todo o direito de manifestar a sua opinião

sobre isto. Não vejo que nisto ocorra imoralidade ou ilegalidade. O Governo do Estado, através do Banco do Estado do Paraná, promoveu mediante licitação pública, a aquisição de veículos. E entendeu o Governo do Estado, através da Casa Civil, fazer distribuir estas viaturas, tanto as destinadas à saúde como também as destinadas ao setor policial e ao setor educacional, por meio, por intermédio da representação Parlamentar de Governo, aqui na Casa.

Divirjo disto. Mas, foi uma opção política que fez o Governo e nisto não vai imoralidade e tampouco ilegalidade. Eu não posso deixar de registrar, já que durante o pronunciamento de Vossa Excelência, manifestou-se o Deputado Colombino Grassano, de modo a não fazer jus à inteligência, por todos reconhecida, do Deputado Colombino Grassano, ao tentar estabelecer uma relação ou uma co-relação entre os recursos destinados ao Município de Foz do Iguaçu e aqueles destinados especialmente à aquisição destas viaturas.

Não há nenhuma relação. Sabe Vossa Excelência, como também, sei, conhece Sua Excelência o Deputado Colombino Grassano, que a matéria relativa ao ICMS devido em decorrência de energia é matéria objeto de apreciação judicial, hoje em grau de recurso no Supremo Tribunal Federal. E estes recursos não estão desaparecidos.

Ou o Deputado Colombino Grassano desconhece a situação objetiva de como se move e como se procedem as movimentações financeiras no âmbito da administração ou está se conduzindo com má-fé neste episódio.

Nenhuma co-relação existe entre os recursos que são os recursos alocados orçamentariamente pelo orçamento próprio da administração direta do Banco do Estado para aquisição de viaturas e aqueles destinados para a cobertura referente aos atrasados do ICMS.

Nenhuma co-relação existe. É importante que se faça este registro, para que não prevaleça a má-fé ou então...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência informa ao orador que está na Tribuna que o seu tempo está terminado. Concedo um minuto para conclusão.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Eu agradeço o aparte e logo em seguida, com o beneplácito da Mesa, concedo aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Cedemos o Horário do PFL, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência passa a usar o Horário do PFL, Deputado Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Martins (Aparte) - Nobre

Deputado Luiz Carlos Zuk, que nesta tarde veementemente usa a Tribuna para fazer alguns questionamentos da maior importância. Eu sei que o Deputado que usa a Tribuna não é contra ambulância, não é contra as viaturas policiais; nós também não somos. Agora, os números não mentem, ainda na semana passada na coluna do jornalista Luis Geraldo Mazza, na folha de Londrina, ele falava sobre a miséria no Estado do Paraná, o Estado do Paraná que hoje tem um milhão e oitocentos mil miseráveis passando fome, passando dificuldades. Conseqüentemente eles ficam doentes e é preciso que tenha ambulância lá no interior para trazer essas pessoas para a Capital. Agora, sinceramente, eu gostaria de ver Deputado, na frente do Palácio centenas de tratorzinhos, de implementos agrícolas para o pequeno produtor do Paraná para produzir comida para essa legião de famintos de um milhão e oitocentas mil pessoas. A forma como está sendo distribuído tudo isso, de uma forma demagógica, e não é isso que nós temos que fazer aqui, não é dessa maneira que nós temos que agir aqui no Paraná. De parabéns Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Eu agradeço o aparte dos ilustres Deputados. Mas queria Senhor Presidente em Plenário, dizer que todos os Senhores Deputados receberam e propuseram, ou quase todos propuseram, a distribuição de uma parcela de renda de assistência social a todas as entidades credenciadas e habilitadas que tivessem realmente o seu registro normalizado, e os Deputados ali identificaram as suas parcelas naquelas dotações. Também foi solicitado pela maioria desta Casa através daquela emenda orçamentária, que nós aprovamos e que foi inserido, e que até o dia de hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não foi respeitada pelo Sr. Governador do Estado do Paraná. As pessoas do Deputado Nelson Justus e Deputado Heinz, junto com o Líder do Governo, procuraram, não uma, nem duas, nem três, mas inúmeras vezes o chefe do Executivo para que ele honrasse aquele compromisso com esta Casa.

Voltarei Sr. Presidente e Srs. Deputados, tantas quantas vezes sejam necessárias para cobrar o que é devido ao povo do Paraná, a esse colegiado aqui sentado. Aqui não tem brincadeira, e principalmente pedra; aqui tem gente séria trabalhando pelo Paraná. Vemos em cada um dos Srs. a preocupação pela sua representação política. Fácil é Srs. Deputados vetar como foi vetado matérias de interesse do Paraná, e mais incrível ainda, não respeitar compromisso assumido com esta Casa e com os Srs. Deputados.

O Sr. Antônio Annibelli - Deputado Luiz Carlos Zuk, infelizmente solicitei um aparte a V. Exa. para discordar em parte do seu pronunciamento. Gostaria de lembrar a V. Exa. e a esta Casa, pelo que me consta e pelo que sei ambulâncias foram compradas pelo PROVOPAR com dinheiro economizado durante três anos, dinheiro economizado e aplicado com sobras de papéis do Governo, de jornais, de reciclagem de materiais inservíveis ao Governo do Estado.

Acho que V. Exa., representante dos Campos Gerais e do PDT, deveria passar na Prefeitura de Curitiba que ao invés de fazer shows, trazendo cantores de outras partes do mundo, pagos e não sei com que recursos porque de graça não foi, ou com apoio do BAMERINDUS ou com o dinheiro da Prefeitura que aplicasse o ensinamento da D. Maristela Requião e da D. Marlene Pereira, para que fizesse isso também na Prefeitura de Curitiba...

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Deputado Luiz Carlos Zuk?

O Sr. Antônio Annibelli - V. Exa. me concedeu o aparte. O Deputado Algaci Túlio, como homem bem educado que é, deveria aguardar o resto deste aparte...

O Sr. Algaci Túlio - Apenas me limitei a pedir um aparte ao Deputado Zuk e não a V. Exa., Deputado Annibelli.

O Sr. Antônio Annibelli - V. Exa., Vereador e Deputado antigo, sabe que aparte não se dá aparte a aparte.

O Sr. Algaci Túlio - Estou apenas me inscrevendo num aparte, Deputado.

O Sr. Antônio Annibelli - Que V. Exa. repassasse ao atual Prefeito o ensinamento e talvez a experiência para que a primeira dama de Curitiba também fizesse isto em prol de Curitiba. E também dizer a V. Exa. que uma ambulância que recebi, foi-me consultado aqui para que município eu daria, e eu dei ao Município de General Carneiro que pertence a um grande Prefeito que representa o PDT do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço o aparte e logo em seguida concedo ao Deputado Algaci Túlio.

Mas queria rememorar ao ilustre Deputado Antônio Annibelli que as sobras de papéis, os papéis foram comprados com o dinheiro do povo do Paraná. Se ele aproveita as sobras, conseqüentemente não há interligação nenhuma porque o dinheiro é do povo que comprou o papel de sobra.

Agradeço também o estímulo que deu

ao nosso Prefeito de General Carneiro porque o próprio que tem um companheiro, aliás, dois na região dos Campos Gerais, que é o companheiro de Palmeira e o companheiro de Reserva, e o único meio de realmente ter atenção é como o nobre Deputado Antônio Martins Annibelli fez; é por tabela, é por triangular, porque se for um representante autêntico do povo ou que não tenha ligação com o Governo ou que não vote com o Governo, não recebe nada.

Então nós para não deixarmos as nossas comunidades do PDT, do PT ou de qualquer outro Partido, do PTB, não estar mendigando o que é que eles fazem? Aliam-se. Pegam momentaneamente Deputados da Situação, mas no dia de amanhã, tenha certeza Paraná, esses Deputados não pensem que vão ter de volta aquilo que eles realmente estão pretendendo. O Prefeito é sábio, é inteligente, ele defende a comunidade e para não prejudicar a comunidade ele aceita de onde vier o benefício...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa a Vossa Excelência que o horário da Liderança do PFL está terminado. Concede um minuto para concluir.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Concedo aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Eu vou usar a tribuna na sequência, Deputado Zuk, vou usar a tribuna e vou responder ao aparte que lhe foi dado pelo Deputado Antônio Annibelli.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Peço desculpas ao Deputado Algaci Túlio, mas logo em seguida ele fala.

Mas ao encerrar, Senhor Presidente, irei voltar nesta tribuna tantas vezes quantas sejam necessárias, para que o Governo cumpra aquilo que ele assumiu com nós todos, com a comunidade do Paraná.

Vamos dar um basta, Senhor Presidente, chega de baixar a cabeça, aqui não é Oriente, ninguém precisa fazer reverência. Aqui precisa ter gente de cabeça erguida para o povo do Paraná e nós estaremos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fazendo com que a voz dos paranaenses, aqueles que necessitam, aqueles que precisam, aqueles que trabalham, aqueles que pagam impostos, sejam respeitados.

Vamos fazer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que este Paraná vista uma nova roupa, chega de oferecer troca, vamos fazer trabalho em favor da família do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Eu fui citado pelo Deputado Zuk e ele se

dizendo autêntico, não acho que o Deputado Zuk seja mais autêntico que eu, eu tenho 19 anos de mandatos ininterruptos e Vossa Excelência é um bravo guerreiro, mas não é mais autêntico que eu. Eu nunca me curvei a ninguém, jamais espero me curvar a alguém, posso votar com o Governo, como Vossa Excelência já votou várias vezes em pouco tempo que tem nessa Legislatura, em sete meses que está nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede a Questão de Ordem do Deputado Annibelli.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - Invoquando o Regimento Interno quando um Deputado é citado, eu queria ilustrar ao Plenário, e a esta Mesa Executiva, que continuarei votando com o Governo em todas as matérias que forem do interesse do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede a Questão de Ordem de Vossa Excelência.

Vossa Excelência poderá inscrever-se em Explicações Pessoais.

Pela Ordem, Deputado Florisvaldo Fier.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, em Sessões anteriores foi aprovada a constituição de uma Comissão para estudar as condições da Casa do Estudante Universitário, e nós estamos esperando que a Mesa divulgue a proporcionalidade, são nove membros.

Eu fiz essa Questão de Ordem ontem, foi me dito que seria me dado no final da Sessão, solicitamos que essa Presidência nos informe hoje para que essa Comissão seja composta, senão esgota-se o prazo e não se compõe essa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Antes, porém, esta Presidência comunica a presença, com satisfação, nas galerias desta Assembléia, de alunos do 1º Grau do Colégio Bom Jesus, acompanhados do Professor Jorge Bismarque, da Professora Tereza Cristina e do Professor João Schimmit que é o Diretor.

Pela Ordem, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Também registro a presença aqui entre nós dos Vereadores Valdeci Costa e Miguel Geliê da Câmara de Vereadores de Dr. Ulysses.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Com a palavra o Deputado Luiz Alborghetti por cinco minutos.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Deputado Zuk, já passei por isso nessa Casa, entendo a sua aflição, a sua preocupação em relação à distribuição das ambulâncias, eu realmente não estou preocupado com isso Deputado, eu não me preocupo.

Olha, fui o mais votado em Curitiba, em Londrina, não dei nenhuma ambulância, só trabalhei, minha vida é trabalhar. É lógico que passo em frente ao Palácio e vejo aquele monte de ambulância, fico feliz, tenho vontade de pegar dez, levar uma para Londrina, outra para Rolândia, uma Ibiporã, uma para Roncador, para distribuir no Paraná inteiro, tive voto no Paraná inteiro, se eu tive um voto numa cidade eu tenho um eleitor que tenho que dar satisfação.

Então não me preocupo, eu sei que não vou ganhar mesmo, de jeito nenhum, aliás, eu quase ganhei uma, daí não deu. Então sabe o que eu faço, eu sento no meu Gabinete, nem vou ficar aqui com Requerimento, aprova, levanta, senta, levanta. Recebi um ofício da Câmara Municipal de Peabiru, do Presidente da Câmara, meu particular amigo, pedindo que eu intercedesse junto ao Governo do Estado para aquisição de ambulância para aquele Município. Sabe o que eu fiz? Encaminhei ao Palácio do Governo aquele requerimento. É obrigação do Governo dotar o Município de Peabiru de uma ambulância. O Deputado João Iensen foi tão decente comigo, de um caráter fantástico, que falou, estou recebendo duas, vou passar uma para lá, então eu disse: "Vá lá e entrega, não precisa nem eu ir lá, vá lá e resolva o problema do município". Não estou preocupado. Acho que o Governador deveria entregar em todos os municípios, chegar em Cianorte perguntar: o que a delegacia precisa? Dez viaturas. Estão aqui as dez. Precisa de dez ambulâncias? Estão aqui as dez. Então, convida o Mário, convida o Deputado Dirceu, meu compadre, vão lá os dois sem brigas, sem ódio, sem inveja, sem nada. O Deputado Dirceu tem os seus votos e está sempre aqui, trabalha. O Deputado Mário veio agora pela primeira vez e está trabalhando.

Rolândia, a mesma coisa. Vai lá, o que precisa? Vai direto no Prefeito? Precisa de cinco viaturas. Então, entrega as cinco. Precisa de dez ambulâncias. Então, entrega as dez. Quem é que vai ficar feliz? V. Exa., não é Deputado? O Senhor que já foi prefeito, o Senhor sabe! Então, qual é a obrigação. A obrigação também é dos Srs. Prefeitos.

Lembro-me de quando o Álvaro era o Governador, eu reunia trezentos prefeitos e sentavam lá e era aquela festa bonita, tiravam fotografias, "flash, flash" Então, eu falava: eu não vou pedir nada; cada um peça o seu e resolva os seus problemas,

cada um fale com o Governador.

O Álvaro atendia a um por um e tentava solucionar os problemas dentro da melhor maneira possível.

Então, eu entendo a dor do Deputado Luiz Carlos Zuk. É a dor de todos nós. Gostaria de receber trezentas ambulâncias e mandar uma para cada município do Paraná. Entendo a dor do Deputado Luiz Carlos Martins ao falar que seria tão lindo se o Governo pudesse distribuir tratores para o pequeno agricultor, implementos agrícolas, mas seria também importante, Deputado, atendi um caso no meu gabinete de um cidadão que está morrendo na zona rural por causa de intoxicação com agrotóxicos e ninguém foi à casa dele dizer: olha, o Senhor está morrendo e eu vou levá-lo para salvá-lo. Então, o pai veio ao gabinete e aqui nós arrumamos o médico, arrumamos o colchão d'água, fizemos todo o internamento para salvar a vida dele. Então, eu consegui!

Hoje eu consegui doze vacinas. Cada vacina custa quatro mil e quinhentos cruzeiros. Duas crianças de Londrina, uma morreu, duas gêmeas se não tomarem as vacinas vão morrer. Então, o que eu fiz? Encaminhei um ofício à Secretaria da Saúde, pedi, implorei, mostrei, levei dados, discuti. Despachei as vacinas agora meio dia e meia pela VASP, já chegaram em Londrina, e as crianças vão tomar as vacinas.

Então, é muito importante. Eu sei que o drama que vive o Deputado Luiz Carlos Zuk com a sua vontade de trabalhar, vivem todos os Deputados desta Casa, cada um com a sua vontade política de resolver os problemas do seu município. Eu acho isso de fundamental importância.

Eu vejo o Deputado Colombino preocupado com a sua querida Arapongas, que é um parque de geração de empregos.

Eu e a Deputada Emilia preocupados com Londrina.

Estive há duas semanas no gabinete do Prefeito Luiz Eduardo Cheida e ele preocupado disse: "Alborghetti, eu preciso de dinheiro para comprar, desapropriar terrenos, trazer indústrias para Londrina para que nós possamos gerar empregos.

Então, eu peguei sentei à máquina e mandei um ofício ao Senhor Governador do Estado dizendo da preocupação do Prefeito Luiz Eduardo Cheida na questão da geração de empregos.

Então, nós que estamos sentados do lado de cá temos que trabalhar à máquina, cumprir com as nossas obrigações e guardar o papel na mão.

Você não pediu?

Pedi.

Você não lutou?

Lutei.

conseguiu? Não sei. Isso não é problema meu. Eu encaminhei ao Governo do Estado do Paraná.

Acho ainda que o mais importante de tudo isso é que é obrigação do Governador, eu só concordo quando Secretário de Estado, não todos, alguns, fazem política com o dinheiro do Governo, em determinadas cidades tentando matar politicamente os Deputados que estão nesta Casa. Eu não concordo com isso. Eu acho, quer ser Deputado, peça licença, afaste-se, vá fazer sua campanha política, mas não com dinheiro do Governo do Estado.

O que acho mais importante é que o governador, ele é que tem que entregar as viaturas. Ele poderia muito bem mandar um ofício para cada um dos Srs. Deputados e dizer: O que que precisa a sua cidade?

Por exemplo o Deputado Nelson Justus, disse Alborghetti, eu consegui 18 bilhões, você quer repassar para onde. Daí o otário aqui foi para Londrina, prepara o projeto, daí eu chego no gabinete do Nelson cansado, com um monte de papel, está aqui está pronto o projeto, 18 bilhões para a Prefeitura de Londrina, chega até a me arrepiar.

Meu Deus do céu, vamos desapropriar uma área agora e agora nós vamos ter indústrias em Londrina, aí daqui a pouco o Nelson Justus liga para mim e diz Alborghetti, o Governador mandou avisar que tem 300 milhões lá para distribuir para as entidades, lá vai o Alborghetti, prepara tudo, vou para o gabinete do Nelson Justus, cheguei lá com o pacote na mão.

Deputado está aqui todas as associações de Londrina que precisam de ajuda, em Curitiba tem o Algaci, em Araucária tem o Nelson, em Ponta Grossa tem o Zuk, tem o Rosinha aqui de Curitiba, eleito por Londrina, tem lá a região de União da Vitória, em Cianorte tem o Dirceu, Severino resolve o problema de Assaí, Trevisan resolve o problema de Cornélio, cada um resolve o seu problema.

Cheguei feliz na sala do Nelson, meu Deus do céu, é dinheiro que não acaba mais, entreguei, até hoje já faz dois meses.

O Cheida está esperando os 18 até agora, não vem, do lado de cá não vem mesmo, não vem de jeito nenhum, do lado de lá não sei, pode ser que o Severino já resolveu, mas aqui não, do lado de cá não.

Eu ainda falava todo o dia, sai ou não sai? Sai, pode ter certeza que sai, vai sair, agora do meu bolso, se Deus quiser, vai sair. Agora os 18 eu não tenho para dar. Então vamos esperar quem sabe algum dia apareça.

Então Zuk, é só o que eu quero que você entenda, todo mundo tem vontade de trabalhar, mas aqui está definido ali, é do

lado de lá. O lado de lá é lá, O lado de cá é cá.

Quem votar lá, tudo bem, quem votar cá.

A vida é assim, não adianta vir aqui e chorar, meu Deus, não resolve nada, nada, nada.

Você pode pegar 300/400 ambulâncias, não adianta, cada um tem uma maneira de trabalhar. Eu estou trabalhando, estou com a cabeça erguida, trabalho! Tenho vontade política de trabalhar! O importante seria que cada Deputado Estadual tivesse o seu Deputado Federal, em Brasília, para que nós conseguíssemos lá aquilo que nós não podemos conseguir aqui. Lamentavelmente, é difícil. Mas, cada um trabalha a sua maneira. O Bona Turra ganhou duas. Nem tinha interesse. Eu me lembro na época de Álvaro. Eu fui chamado no Palácio: Alborghetti, tem cinco viaturas para você. Eu disse: eu não quero, não; levem para onde vocês quiserem!

Fui chamado estes dias, aqui, não vou citar o nome: Alborghetti, vai indo duas para Londrina. Eu falei: tudo bem, vai lá, entrega, faz festa, filma, tudo bem: não precisa se preocupar comigo, não; pode ir lá, resolver, que eu ganho a eleição do mesmo jeito. Podem ir lá e entregar 300 ambulâncias! O resultado das urnas é Alborghetti na cabeça!

O Sr. Nelson Justus (Aparte) - Eu quero agradecer a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência avisa ao orador que está na Tribuna que o Horário do PTB está terminando, restando um minuto para a conclusão do pronunciamento.

O Sr. Nelson Justus (Aparte) - Eu quero agradecer a oportunidade que V.Ex.^a me concede nesta ocasião e dizer que evidentemente como legislador e Deputado que V.Ex.^a é, sabe que nós, legisladores, vamos até onde o nosso braço alcança. Então, é evidente que nós, como legisladores, na qualidade de Presidente da Comissão de Organização, junto com o Deputado Heinz Herwig, fizemos a nossa parte. E não vimos a necessidade de fazer como os Deputados daqui da Casa, qualquer tipo de demagogia. Nós tentamos, fizemos a nossa parte. E realmente temos sido, a expressão é essa mesma e bem popular, "enrolados" até o presente momento, Mas, a nossa parte foi feita. Cabe a nós gritarmos, da maneira sábia como Vossa Ex.^a está fazendo, para ver se os nossos gritos ecoam em algum lugar. Mas, a nossa parte foi feita, Deputado. Obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para

encerrar, Sr. Presidente.

Quem sabe o ano que vem estejamos todos do lado de lá, e eles do lado de cá, não é? Aí já começa tudo de novo! O lado de cá vem e reclama. E o lado de lá, ganhando tudo. É a vida!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Fregonese. Por cinco minutos.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Gostaria de comunicar ao ilustre Presidente que eu usarei, também, o Horário destinado ao PSDB.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, foi com muita atenção que ouvi os pronunciamentos dos Deputados Alborghetti e Zuk. Concordo com o Deputado Alborghetti quando ele diz que não interessa quem entrega as ambulâncias, o importante é que estas ambulâncias sejam entregues à população do Estado do Paraná.

Agora, preocupa-me a situação de marasmo na qual vive o Estado do Paraná, mais precisamente o Porto de Paranaguá. Trago relatório final do inquérito feito pela Marinha do Brasil sobre o Canal da Galheta. Gostaria que os membros da Comissão Especial, que atuem sobre aqueles problemas, que escutassem bem o que a Marinha do Brasil tem a dizer sobre os problemas.

Lerei, primeiro, ofício do Capitão dos Portos, e depois o final do inquérito.

(Lê)

CANAL DA GALHETA

"Ao término do inquérito que apurou o encalhe do Navio N/M HORIZON, no dia 10 de junho do corrente ano, o Capitão dos Portos Pessoa Martinelli ainda preocupado com a situação, encaminhou telefax no último dia 08/09 à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e ainda com cópias para o Secretário de Transporte do Estado do Paraná, Centronave, Associação dos Práticos do Estado do Paraná, todas as agências marítimas, AOPP e ACIAP, onde ele expõe o seguinte:

"120 dias após a restrição de tráfego no Canal da Galheta, 90 dias após a portaria 0028/93 desta Capitania dos Portos, 30 dias após a última data informada para chegada da draga "Macapá", com tristeza verifica-se que nenhuma providência prática foi tomada para recuperar e restaurar as condições do Canal da Galheta.

Com relação aos berços de atracação, a mesma situação caótica se apresenta já que nenhuma carta batimétrica foi enviada ou aprovada pela Diretoria de Hidrografia e Navegação desde julho de 1992, quando já era menor o calado até mesmo dos berços correspondentes ao corredor de exportação.

Solicito de V.S. informar o andamento das providências para recuperação do Canal e berços de atracação, bem como da previsibilidade de contrato para dragagem, não só permanente como em emergência.

Sob minha ótica, a omissão até o presente momento tem mostrado o desinteresse dessa administração em resolver o problema, em um prazo, ao menos razoável, talvez sob o pretexto amplamente divulgado na mídia de que, mesmo com restrição de calado, o movimento do porto teria crescido".

NELSON PESSOA MARTINELLI

Capitão de Mar-e-Guerra

Capitão dos Portos

LEIA ABAIXO NA ÍNTEGRA O RELATÓRIO DO INQUÉRITO

RELATÓRIO DO INQUÉRITO

"Vistos e bem examinados os presentes autos de inquérito, instaurado em virtude da Portaria de Folhas n's 2 e 3, dela consta que no dia dez de junho de mil novecentos e noventa e três, o N/M NEW HORIZON de bandeira Cipriota, ao demandar do porto de Paranaguá, encalhou no canal da Galheta na posição de coordenadas: latitude 25°36'98S e longitude 048°16' 77W, logo após cruzar o par de bóias 3 e 4, ficando na direção 132°,5 a 0,52 milhas de distância da bóia n° 1 e 144°,5 a 0,57 da bóia n° 2 (folha 73).

Na ocasião, comandava o navio o Sr. Michail Filippakis, de nacionalidade Grega, e o prático que estava na manobra era o Sr. Roberto José Martins. Não houve perda de vidas ou alijamento de carga (folhas 27, 29 e 30).

Após o desencalhe, por solicitação do armador, a classificadora BUREAU VERITAS, fez vistoria no casco do navio que compreendeu obras vivas e apêndices, exames dos sistemas de propulsão e governo, obras mortas, tendo tudo sido encontrado em condições satisfatórias, exceção feita à pintura da chaparia do fundo, fortemente raspada (Folha 142).

Após análise das plantas batimétricas 2558 e 2559, datada de 20/04/93 e 23/04/93, (folhas 126, 127 e 128) respectivamente, verifica-se profundidades inferiores a 11,3 metros e até menores, avançando para o eixo do canal da Galheta. Essas plantas não foram encaminhadas, pela Companhia Docas do Rio de Janeiro, à Diretoria de Hidrografia e Navegação, órgão do Ministério da Marinha responsável pela homologação de tais documentos, de acordo com a Portaria Ministerial n° 0308 de 25/04/90. Também embora tenha conhecimento das normas, deixou de informar a esta Capitania dos Portos.

Resalta-se ainda, que a Administração

dos Portos apesar de informada que a Capitania estava instaurando Inquérito Administrativo para apurar o encalhe do N/M NEW HORIZON, mesmo assim, determinou ao supervisor da unidade operativa da Companhia Docas do Rio de Janeiro em Paranaguá (Folha 37) que a draga Macapá, fosse deslocada para o trecho entre as bóias luminosas 1 e 3 e dragasse o local. Com isso, ficou, propositadamente, descaracterizado o ponto exato onde o navio sentiu o fundo antes do seu encalhe final (Folha 37).

Convém salientar, que mesmo logo após o canal ter sido dragado entre as bóias 1/2 e 3/4, foram verificados através de levantamento batimétrico da área, resultados preocupantes, pois a sondagem feita constatou, no local do encalhe e dentro do canal, profundidade máxima de 10 metros e mínima de 06 metros (folha 67).

A perícia realizada pela Capitania dos Portos, atesta que não houve negligência na condução do navio e que a causa determinante por esse acidente, foi o assoreamento do canal da Galheta (Folha 178).

De tudo quanto contém os presentes autos, conclui-se:

1) Fatores que contribuíram para o acidente;

a) Fator humano.

Conforme consta nos autos, o N/M NEW HORIZON, apesar de estar corretamente carregado, sentiu o fundo, parou, e inclinou simultaneamente meio grau para boreste (folha 27). Nesta ocasião, mesmo com a imediata manobra do práctico, Roberto José Martins, o N/M não reagiu tão rapidamente, por ação do vento forte e do mar bastante agitado, permanecendo encalhado, inicialmente na posição 25°36'98S e 048°16'77W respectivamente 164,014,16 e 77,350,42 UTM. Através de solicitação do armador, a classificadora BUREAU VERITAS, aos 13 e 14 dias de junho de 1993, realizou vistoria após o encalhe no citado navio e ficou constatado que a pintura da chaparia do fundo, encontrava-se fortemente raspada. Analisando as fotografias e fita de vídeo da SERV-SUB - Serviço de Engenharia Subaquática Ltda. Bem como o próprio relatório emitido, verificamos que todo o bordo lateral de bombordo desde a proa até a popa estava fortemente raspada, principalmente a popa por bombordo (Folha 143).

Verificando a planta batimétrica de número 2558 do canal da Galheta do Porto de Paranaguá, observamos que, nos dias 01 e 02 de abril de 1993, a Companhia Docas do Rio de Janeiro realizou sondagem ao longo do canal e constatou um crescente assoreamento avançando por toda extensão, ao ponto de atingir o eixo do canal (Folha 126).

Levando em consideração que o práctico executa serviços de praticagem através de

técnicas práticas, por já ser possuidor de uma experiência adquirida ao longo de 18 anos na área do Porto de Paranaguá e ser conhecedor das características do próprio canal, considerando-se também o rumo traçado a carmim na planta batimétrica de número 2558 pelo práctico Sr. WELLINGTON ALCANTARA DE FIGUEIREDO, onde demonstra, através da planta, que se navegar pelo meio do canal, fatalmente correrá o risco de um iminente encalhe (Folha 40), foi considerado possível responsável indireto pelo encalhe do N/M NEW HORIZON, o práctico Sr. Roberto José Martins, por ser o responsável pela segurança da navegação ao longo do trecho de todo o Canal, onde ocorram particularidades locais ou regionais que dificultam a livre e segura movimentação das embarcações. Além do mais, deixou de observar e fazer observar com frequência as profundidades (Folha 29 e 30).

b) Fator material.

Não contribuiu

c) Fator operacional.

Que, em consequência do assoreamento, houve o encalhe do N/M NEW HORIZON, devido a falta de conservação do acesso aquaviário o qual colaborou para que o mesmo viesse a ocorrer. Apesar de conhecer, desde antes, através de planta batimétrica datada de 20 de abril de 1993 (Folha 126), a situação do Canal da Galheta, com relação ao assoreamento, principalmente nas proximidades da bóia 4, onde foram verificadas profundidades de até 6,3 metros no interior do canal, e não trazer essa informação à Capitania dos Portos, responsável pela Segurança da Navegação na área, a Administração dos Portos efetivamente contribuiu para o encalhe do N/M.

2) É o possível responsável direto pelo acidente, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, na pessoa do Superintendente o Sr. Mário Marcondes Lobo, por não cumprimento da Lei n° 8630 de 26 de fevereiro de 1993, no seu artigo 33; parágrafo 1°; itens VI e XII e o parágrafo 5°, alínea "c" (Folhas 167, 168 e 169), que estabelece competências à Administração do Porto com relação a sua operação e levantamentos batimétricos "efetuados sob sua responsabilidade". E mais ainda, por conhecer e omitir a situação real de navegabilidade do Canal da Galheta, através de cartas batimétricas da CDRJ, completamente diferentes daquelas estabelecidas em carta náutica, de disseminação internacional.

3) É o possível responsável indireto pelo acidente o práctico Sr. Roberto José Martins, por contrariar a alínea "d" do sub item 11.1 da PORTOMARINST n° 33-02-A (Folha 174, 175 e 176).

Sejam os presentes Autos conclusos ao Sr. Capitão dos Portos do Estado do Paraná, para fins de direito.

Em 18 de agosto de 1993.

(a) SEVERINO GOMES DO NASCIMENTO
Capitão-Tenente (AA)
Encarregado do Inquérito"

Aí, Srs. Deputados vem todo o inquérito que apurou o problema do Canal da Galheta. Um inquérito altamente técnico, competente, justo que leva a preocupação todos os Srs. Deputados, porque todos os Srs. Deputados aqui dependem, suas regiões dependem do Porto de Paranaguá.

Srs. Deputados, a minha preocupação não é em quem é o culpado mais desta situação. A minha preocupação é quanto a solução deste problema. E aí hoje eu brincava com o Deputado Trevisan e dizia a ele: Trevisan, hoje nós vamos discutir sobre o Porto de Paranaguá.

E agora eu pergunto a todo o Estado do Paraná e toda esta Assembléia Legislativa - se este Deputado tivesse sido levado a sério, se tivesse sido escutado, quantos milhões de dólares o Paraná teria economizado? Quantas milhares de ambulâncias poderiam ter sido compradas com os milhões de dólares pagos pela incompetência administrativa do Porto de Paranaguá?

Agora, eu não estou preocupado com o Governo Roberto Requião que é um Governo em final de mandato. Eu estou preocupado com a situação da minha cidade, do meu Porto de Paranaguá e do meu Estado do Paraná. Eu não vim para esta Assembléia para brincar, eu não aceito conchavos com ninguém. Agora, eu não admito que as coisas públicas do Paraná sejam levadas na bagunça que estão sendo, porque o portuário que lá está, o sindicalista que lá está começará a passar fome, porque dezenas de navios foram desviados e outras dezenas não estão aceitando contratos para o ano de 94. Vamos parar de brincar com a coisa pública e eu desafio ao Governo do Estado, a Assembléia Legislativa, alguém neste Paraná a dizer: Fregonese, você não está certo.

O Sr. Algaci Túlio - V.Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Fregonese, eu quero cumprimentá-lo pela defesa que faz da nossa cidade histórica, portuária, Cidade de Paranaguá, berço de tantas inteligências que passaram, fizeram história neste Estado. Lamentavelmente nós fazemos parte da Comissão Especial, eu, o Deputado Bezerra, outros companheiros e temos constatado realmente a negligência e a falta de capacidade que impera no Porto de Paranaguá. Parece-me que o interesse maior é em fa-

turar do que se preocupar com o que possa acontecer com o Porto nos próximos meses que pode chegar até a ter o mesmo destino do Porto de Antonina.

Mas, eu estava hoje também por curiosidade lendo a coluna do companheiro Luiz Geraldo Mazza e ele fala assim:

"Perde todas: o inquérito da Marinha, responsabiliza o superintendente Mario Lobo por conhecer e omitir a situação real de navegabilidade do Canal da Galheta, conforme cartas batimétricas, da Companhia Docas do Rio de Janeiro, completamente diversas das estabelecidas em carta náutica de disseminação internacional. A leviandade contagia e o vice-Governador Mário Pereira afirmou que no Canal havia apenas uns "carocinhos".

O que é profundamente lamentável se brincar com uma coisa tão séria assim.

O Sr. Luiz H. Bona Turra - V. Exa. concede-me um aparte, Deputado Fregonese?

(Assentimento).

Deputado Lourenço Fregonese, V.Exa. traz novamente à discussão nesta Casa a questão do Porto de Paranaguá que constitui temática estratégica para os interesses do Estado. Tivemos já a oportunidade por iniciativa de V.Exa. ter a oitiva aqui da autoridade da Marinha, responsável pela administração pública federal no setor e quero solicitar desde já a V.Exa. possa liberar o conjunto do pronunciamento que V.Exa. traz nesta tarde para que numa análise mais detida, em conjunto com as autoridades de transportes do Estado, em conjunto com a administração do Porto, possamos proceder uma apreciação correta, uma apreciação minuciosa de todas as questões que V.Exa. traz, não no sentido de contraditá-las apenas, mas no sentido, com um alcance muito maior que é o de proceder aprofundamento deste debate, determinar responsabilidades da administração federal, da administração estadual e setorial.

Já quando aqui estive a autoridade federal, fizemos a inquirição da autoridade e queremos levar às últimas consequências esse debate. É uma temática estratégica que exige um tratamento sistemático, orgânico e criterioso. E quero, desde já, dispor-me em nome da minha bancada e em meu nome próprio a proceder esse estudo, proceder esse levantamento e em conjunto com V.Exa. e demais membros desta Casa fazer o que tem que ser feito.

E, finalmente, quero dizer que se as irregularidades são apenas aquelas que li no jornal "Indústria e Comércio" relatadas pelos Deputados Mário Bezerra e Deputado Algaci Túlio, elas são insuficientes para confirmar a inabilitação da Direção da Administração dos portos. A subcontratação de uma empresa e foi apenas aí que se re-

sumiu a reportagem que li, recentemente, a subcontratação de empresa contratada pela Administração dos Portos não constitui ato irregular.

Mas se essa também é uma temática, quero também ter ciência do relatório que será preparado pela Comissão Especial para que de modo isento, criterioso e politicamente correto nós possamos tratar tudo isso e ter uma resolução dos interesses estratégicos do Estado do Paraná.

Agradeço o aparte de V.Exa..

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Deputado Bona Turra, tão logo eu desça dessa tribuna, entregarei a folha do jornal onde está o inquérito inteiro da Marinha. E gostaria de dizer aos Senhores que o Deputado Algaci Túlio e o Deputado Mário Bezerra estavam - até onde eu sei da história - em Paranaguá, verificando o Canal da Galheta.

E, até sem querer, eles escorregaram no "mar de lama" que se esconde o Porto de Paranaguá. Eles acharam o fio da meada do Porto de Paranaguá.

Para encerrar, Sr. Presidente, o Brasil, o Paraná e os municípios que nós representamos são coisas sérias, a população é coisa séria. Os Senhores, tenho certeza, nós não podemos vir a um Parlamento, participar de uma democracia e, simplesmente, dizer amém a tudo que vem do Poder Executivo. O Poder Executivo tem por dever, por obrigação e até por moral de assumir as suas falhas e tentar corrigi-las em benefício desse Estado, em benefício desse País e em benefício dessa população. Porque, Graças a Deus, são quase três anos e até agora nenhuma bobagem saiu da minha boca.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Annibelli foi de uma ingenuidade incrível quando falou ao Deputado Luiz Carlos Zuk que fosse ao Prefeito Rafael Greca de Macedo e que esse pedisse à primeira dama do município que aprendesse com as senhoras do Governador e do vice-Governador como é que se economiza papel para que desse para comprar as ambulâncias. A impressão, Deputado Luiz Carlos Alborghetti que toda a papelada da Oposição que passa por aqui - requerimentos, ofícios, cópias de tantas coisas - toda essa papelada que serviu para comprar as ambulâncias que os Deputados da situação e os alinhados conseguiram para distribuir para os seus prefeitos aí.

Ora, Deputado Annibelli, me parece que

V.Exa. esquece que Curitiba tem sido modelo para o País e que eu me sinto muito orgulhoso de ter participado dessas inovações que transformaram a capital do Estado do Paraná numa das melhores cidades do País e do mundo que aqui começaram se fazer escolas com a compra do lixo na beira das favelas, dos canais de Curitiba.

A compra do lixo na troca do Vale-Transporte, na troca da alimentação, na troca do material escolar. Do lixo que não é lixo, o lixo reaproveitável, o papel, o papelão, o litro, o plástico etc, tudo isso foi escola nossa em Curitiba que tem sido copiada no Brasil inteiro. E eu aqui iria citar uma série de outros fatos que nos orgulham bastante, não a mim apenas como vice-prefeito do Prefeito Jaime Lerner, mas a todos curitibanos e não só aos curitibanos mas a todos aqueles que moram aqui em Curitiba.

Gostaria que se fizesse aqui - e é pena que as crianças do Colégio Bom Jesus já tenham se retirado - uma pergunta às crianças: se elas têm orgulho de Curitiba. Eu tenho certeza de que elas, em coro, diriam que sim e que amam Jaime Lerner. E tudo isto foi escola nossa! E tenho certeza de que aprenderam bem! A primeira dama do Estado e a vice-dama do Estado - que é esposa do vice-Governador - tenho certeza que aprenderam também.

Agora, quem parece que não aprendeu foi o Governador do Estado, que até plagiar plagiou mal. Porque, Curitiba que é o Brasil que dá certo, não pode ser o Paraná que aqui o Brasil deu certo! Absolutamente! Infelizmente este ponto não é verdadeiro.

Então apenas isto, Deputado Annibelli, sem querer, evidentemente, confrontá-lo. Eu queria apenas dizer que infelizmente, no meu entendimento, V.Exa. foi infeliz quando tentou fazer uma comparação, quando, na verdade, começou por Curitiba toda essa engrenagem motivação que fez com que o povo, com que a criança da escola, com que o menino da favela juntassem o lixo de sua casa e trocassem por alimento, por vale-transporte ou por material escolar.

Então, parece-me, muito embora respeite a sua posição Deputado Annibelli, permita-me fazer aqui esta minha colocação.

O Sr. Antonio Annibelli - Apenas disse que ela aprendesse, que ela em todos os ensinamentos, não só de primeiras-damas, do Governador, de Roberto Requião, os ensinamentos são válidos.

Acho que a cada dia nós sabemos que fomos mais ignorantes no dia anterior. E a pessoa pode ter, como Austragésimo de Atayde, 95 anos quando morreu e deveria estar aprendendo, porque a vida ensina a cada dia que passa!

O SR. ALGACI TÚLIO - Nós aprendemos a cada dia!

O Sr. Antônio Annibelli - Então, acho que é um exemplo a ser seguido, como o do Governador Roberto Requião que estará reformando e inaugurando dia 16 amanhã o Colégio Estadual onde V.Exa., acredito, tenha estudado e eu tenho honra de ter sido ex-aluno. As valetas que o Governador Roberto Requião fez - e foi muito bom como Prefeito de Curitiba. O Jaime Lerner foi um excelente Prefeito!

Então, nós temos que aprender! O Brasil está dando certo no Paraná! Curitiba, e não sou curitibano, é um orgulho. Não amo o Prefeito Jaime Lerner como V.Exa. disse que as nossas crianças visitantes poderiam amar! E eu até respeito muito o ex-Prefeito Jaime Lerner e o admiro muito, porque é um homem competente, sério e trabalhador. Mas nem por isto o Governador Roberto Requião não é sério, competente e trabalhador! Talvez V.Exa. não conheça o trabalho do Governador Roberto Requião no interior do Paraná. E as pesquisas mostram isso, o seu trabalho no atendimento à agricultura, no atendimento à educação. Enfim, todos os governos têm suas prioridades. Respeito o seu Partido, respeito V.Exa. e o admiro muito como respeito o ex-Prefeito Jaime Lerner, respeito e admiro muito o Governador Roberto Requião.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Annibelli.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que me traz a esta Casa hoje é para dizer que "A decretação de Intervenção Federal no Estado do Paraná, é um acontecimento político de tamanha gravidade que não pode passar despercebido e tratado do modo com que o Governo do Estado o está tratando.

Primeiramente é de se destacar a incrível capacidade de negação do óbvio, que o Senhor Requião tem, e de sua enturrage, quando afirmam que nem sabiam do pedido de intervenção.

Parece que quando muda um Governo muda tudo no departamento. Na Procuradoria Geral do Estado muda, o que sabemos, muda o Procurador. Os funcionários de carreira lá permanecem e os processos continuam dentro das escrivadinhas, das prateleiras, enfim, naquele setor.

Requião sabe de todas as invasões de terras no Estado do Paraná. Tem cadastro pessoal de todas as áreas invadidas, bem como dos invasores e desafortunados proprietários de tais terras. Requião fez sua ascensão política em Curitiba, trabalhando em cima deste tema. Aqui nesta Assembléia tentou com um projeto, legalizar as invasões. Quando prefeito, conforme comprovou

a CPI da Câmara Municipal de Curitiba, distribuiu milhares de autorizações de ocupação. Agora como Governador determinou o fornecimento de água, luz e energia para estimular os invasores.

Enfim, todos sabem que a política do Sr. Requião é pela invasão o que vale dizer, que está mais do que ninguém informado de todos os acontecimentos relacionados a esta grave situação do Paraná. Sua guerra particular com o PODER JUDICIÁRIO está diretamente vinculada ao fato de não acatar as sentenças judiciais que determinam a desocupação das áreas invadidas. As dezenas de Pedidos de Intervenção que tramitam contra o seu Governo em Brasília, mais que os fatos, atestam o envolvimento deste Governo nesta questão e o grande conhecimento que tem do assunto.

Até decreto especial, proibindo a Polícia Militar de intervir no cumprimento das sentenças de desocupação, foi recentemente baixado pelo governo invasor do Sr. Requião.

Portanto, quando compra horário na TV para mentir descaradamente que ignorava o pedido de intervenção não só falta com a verdade, mas menospreza a opinião pública que sabe ser ele o principal responsável por esta questão, que já tem o saldo trágico de vidas humanas ceifadas e do patrimônio comprometido de outras pessoas.

É muita desfaçatez, sim Senhores, dizer que o Governo não sabia, como que dizendo se soubesse, teria evitado tal situação. Ora são dezenas de pedidos de intervenção exatamente pelo mesmo motivo, que estão aguardando também o pronunciamento da Justiça, ante a descarada posição do atual governo de não proteger o Direito de Propriedade e mais que isso de acintosamente estimular as invasões de propriedades. Requião só usa a força policial para o autoritarismo, mas nunca para proteger a legalidade ou o direito. Usa a força policial para proteger por exemplo o Banco do Estado, quando isto não é tarefa da Polícia Militar.

Tira a Polícia Militar das ruas e tranca nas Agências do Banco do Estado do Paraná, e mais ainda, dentro de uma gráfica localizada no Município de Pinhais que faz o impresso da Raspinha do Paraná.

É brincadeira, mas é o que está acontecendo com a nossa gloriosa Polícia Militar. Aí vem um Deputado Federal, Sr. Scarpelini, em Brasília, dizer que é preciso extinguir a Polícia Militar diante desses dados que estão acontecendo. Ora, como se dentro da classe política também não houvesse os erros, as corrupções, lá no Congresso, por exemplo, a venda de drogas, Deputado cassado por envolvimento de traficantes. Então vamos fechar o Congresso também. Ora, isso é brincadeira querer

extinguir a Polícia Militar.

Agora, na verdade, está aí a Polícia Militar sendo utilizada para o autoritarismo, mas nunca para proteger a legalidade ou o direito. Usa a força a força policial para proteger, por exemplo, o Banco do Estado do Paraná que está aí com mais de 800 policiais sendo utilizados dia a dia enquanto a cidade está desprotegida, enquanto a moça que sai do Colégio recebe um ataque de um marginal que lhe joga ácido na cara, essa moça perde a vista, e perde uma orelha; enquanto um pai de família é assaltado, é seqüestrado e é assassinado.

Enquanto isso a polícia não tem o necessário material técnico para poder enfrentar a onda de violência que assola a Capital e o Estado do Paraná. Usa esta mesma força para assegurar a arbitrariedade da COPEL, na Usina de Salto Caxias, pois não há Decreto desapropriatório das propriedades ribeirinhas que serão atingidas pela Usina. Mas impede a Polícia Militar de assegurar a ordem, por exemplo, no quebra-quebra de ônibus, que seus assecclas organizam.

E agora está aí, parece que veio a vingança do pipoqueiro, porque fizeram todo um carnaval em cima da greve em Curitiba, quando do aumento das passagens, e agora a Justiça deu direito aos empresários e recuperou a defasagem na Região Metropolitana e hoje está lá precisando, ele Requião, proteger os ônibus da Região Metropolitana porque os usuários se revoltaram, e com toda razão.

Por quê? O que fez o Governador? Achatou durante três meses o valor das passagens da Região Metropolitana para concorrer com a Capital do Estado do Paraná, a fim de tentar jogar a opinião pública contra o Prefeito Rafael Greca de Macedo. Aí o que acontece? Obrigou os empresários a renovarem completamente as suas frotas de ônibus e os aumentos não eram dentro daquilo que se fazia necessário. Resultado: está agora a justiça decretando o aumento das passagens da Região Metropolitana.

Agora, sai o Governador como uma vítima desse processo, mais uma vez, dizendo que até a justiça decreta aumento de passagens. Ora, como se desconhecesse ele que já estava há dois meses esse mandado de segurança sendo preparado pelos empresários para dar entrada na justiça.

Fez alguma coisa o Senhor Governador? A sua Secretaria de Transportes, o DSTC, do Governador do Estado fez alguma engenharia, chamou os empresários, conversou, dialogou, tentou fazer alguma composição? Absolutamente nada. Deixaram a coisa correr para que o Governador então usasse toda a mídia eletrônica, toda a mídia de jor-

nal, toda a mídia de rádio para se poder passar por vítima, dizendo que agora até a justiça decreta o aumento de passagem de Curitiba.

É a mesma coisa que diz o Senhor Mares: O Governo do Estado não sabia que tinha esse processo que resultou na intervenção do Estado do Paraná. Como disse o Procurador que não sabia que existe o problema de barragens de terra no Paraná que tem pedido meu aqui nesta Casa.

É brincadeira o que está acontecendo com o nosso Governo do Estado do Paraná. É profundamente lamentável esta situação.

Ninguém está aqui defendendo empresário e quem disser isso é mentiroso. Sabem da minha conduta, sabem da minha maneira como tenho agido. Agora, eu não posso deixar é que o povo da minha cidade, que o povo do Paraná se deixe enganar pelas "lágrimas de crocodilo" do Senhor Governador que vai à televisão, faz-se passar por vítima, quando sabia ele desse projeto.

Aliás, também quando ocorreu a cassação do Governador, disseram que não sabiam que o processo ia ser julgado. Ora, como se o Governador não tivesse advogados competentes na sua procuradoria que o acompanham o dia-a-dia desse processo, o encaminhamento desse processo todo. Aí, um viajou para o exterior, outro estava fora do Paraná e o Governador acabou sendo cassado.

É esta a situação lamentável que ocorre com o Estado do Paraná.

Agora, vem o Governador e manda para esta Casa uma mensagem, a mensagem da raiva, a mensagem do ódio. E esta Casa não pode deixar-se dominar pelo ódio e pela raiva do Governador! Porque se nós aprovarmos o projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. ALGACI TÚLIO - ... se nós aprovarmos aqui sem um estudo, sem uma análise e não venham com essa de transformarem a Assembleia em Comissão Geral para analisar esta mensagem porque esta mensagem do ódio, da raiva e do desespero e esta Assembleia não pode aprovar lei do ódio, da raiva e do desespero sob pena de pagar muito caro por isso, como fez com o Fundão, como fez com a extinção do BADEP, como fez com a extinção do BRDE e tantas outras mensagens aprovadas aqui a toque de caixa.

Por isso, fica aqui, Senhor Presidente, a minha colocação, lamentando profundamente o que tem ocorrido.

O Sr. Geraldo Cartário - V.Exa. me permite

um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Se o Presidente permitir, nós ficaremos aqui, e darei apartes.

Se V.Exa. me der o horário do PP, o seu partido, vou dar-lhe o aparte, ao contrário, o Presidente tem a liberdade de cortar a palavra da Tribuna.

O Sr. Geraldo Cartário - Agradeço o aparte de V.Exa., com a permissão do nosso Presidente.

Só para corrigir um erro, Deputado Algaci Túlio, para colocar para V.Exa. que quando o Senhor afirma que o Governador Requião não estudou o problema do transporte na Região Metropolitana, é realmente, uma injustiça muito grande...

O SR. ALGACI TÚLIO - Alguém falou que o Governador não estudou! Esta palavra eu nem usei. V.Exa. está equivocado. V.Exa. entrou agora no Plenário, devia estar no seu gabinete e vem me questionar uma coisa que eu não falei. Não vou aceitar.

Quem falou que o Governador não estudou o projeto da Região Metropolitana...

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado Algaci Túlio, V.Exa. está fugindo do aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Absolutamente.

O Sr. Geraldo Cartário - Ouvi perfeitamente.

O Governador do Estado, preocupado com a Região Metropolitana, com esse transporte que tem que se diferenciar do restante do Estado do Paraná, tirou o DSTC, que realmente era um órgão que não funcionava a contento aqui na nossa região e colocou, através de um técnico que inclusive é um dos responsáveis pelo sucesso do transporte coletivo, que é o Dr. Garrone, na Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, que está sendo feito levantamentos sérios, com planilhas atualizadas para fortalecer o transporte.

O Governador foi um dos que mais se preocupou com esse assunto e o que me assusta e V.Exa. também deve estar assustado é que os nossos trabalhadores dos municípios da Região Metropolitana, inclusive as empregadas domésticas, não têm como vir trabalhar em Curitiba com o preço que está colocado.

(vozes sobrepostas)

O SR. ALGACI TÚLIO - Acho um absurdo o cidadão que mora ... pagar 68 cruzeiros por uma passagem, isso é um absurdo, não se pode admitir isso. V.Exa. tem também o meu apoio.

Agora, o Governador sabia que isso ia acontecer, o povo não pode continuar sendo enganado dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para responder algumas indagações formuladas com referência ao Porto de Paranaguá, gostaria de salientar aos Srs. Deputados de que tivemos por algumas vezes no Porto de Paranaguá fazendo alguns questionamentos a algumas pessoas daquela localidade.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para pedir a Liderança do Governo na Casa e vice-Liderança que me ajudem a apressar a remessa de um documento que solicitei ao Chefe da Casa Civil, para que ele remeta com a máxima urgência, já que faz mais de quinze dias que eu solicitei, os pareceres técnicos e jurídicos que deveriam ser emitidos, tanto pela Casa Civil, quanto pela Secretaria dos Transportes e nos termos aditivos, que são dois que foram acertados com a Cia. Docas do Rio de Janeiro, a fim de se promover a remoção da areia que está assoreando aquele porto.

Solicitei à Casa Civil que me remetesse os pareceres porque esses pareceres não constam do processo, do contrato, nem dos termos aditivos e até hoje não me remeteram.

Gostaria de pedir ao ilustre Deputado Bona Turra que solicitasse à Casa Civil porque o Governo não me remeteu e em não remetendo, os documentos solicitados pela comissão, ao final dos trabalhos elaborados pela comissão, no seu Relatório conclusivo, que por certo irá incriminar determinadas pessoas do Porto de Paranaguá por irresponsabilidade na administração daquele porto, estaremos também, nesse relatório final conclusivo, incriminando o Governador Roberto Requião de Mello e Silva, porque ele autorizou na oportunidade da confecção de um termo aditivo, autorizou o termo aditivo, sem os devidos pareceres técnicos, tanto da Casa Civil, com o parecer jurídico, quanto da Secretaria dos Transportes, não constam do processo.

E em não remetendo à Casa estará sendo complacente com os erros cometidos pela Administração do Porto de Paranaguá. A comissão está trabalhando e se Deus quiser em 30 dias estaremos trazendo relatório final, juntamente com o Deputado Algaci Túlio, para que todos os Senhores e o Paraná possam saber da realidade do assoreamento da baía do Porto de Paranaguá.

Além de solicitar ao Deputado Bona Turra que ele apresse a remessa dos docu-

mentos, porque em caso contrário, não remetendo à comissão o governador é o responsável direto pela gestão daquele órgão de governo que é a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Além de ter inúmeras irregularidades contratuais daquele porto, ainda constatamos "in loco", porque fomos lá, eu e Algaci Túlio há dez dias atrás para verificar a denúncia de subcontratação de obras, o que é totalmente irregular. Lá, constatamos, o jornal denunciou. E é a grande verdade. É apenas a ponta de um grande iceberg de irregularidades no Porto de Paranaguá. Estamos acompanhando. O processo é extenso. Estamos requerendo documentos do Governo do Estado. Mas, que como sempre sonega informações para não admitir a culpa que existe junto à sua assessoria.

Infelizmente, Senhores Deputados, o Governo do Paraná falseia a verdade diante da imprensa, inventa estórias que só ele sabe, como construir a Ponte de Guaíra, uma grande mentira, como fazer rodovias federais, duplicação de rodovias, o que não é sua capacidade! Como "meter a mão" no dinheiro público! Somente em um ano, em 1991, entregou aos seus apaniguados e apadrinhados quase três trilhões de cruzeiros antigos, porque foram 17 milhões e cem mil dólares que ele distribuiu para as agências de publicidade, que fizeram sua campanha eleitoral, desobedecendo normas do Tribunal de Contas, passando por cima da lei e se achando o ser supremo deste Estado!

Infelizmente, o Paraná não conhece a verdadeira face do Governo Roberto Requião, porque ele não deixa o Paraná conhecer, porque travou nesta Assembléia Legislativa uma CPI que iria investigar de fato e de verdade as maracutaias existentes na Secretaria da Comunicação Social. Quase dois trilhões em apenas um exercício! E se multiplicarmos isso por dois anos e meio, imaginem os Senhores...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência concede um minuto para V.Exa. concluir o pronunciamento.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Quero pedir aos Senhores Deputados que não apóiam o Governo, especialmente as Liderança e vice-Liderança, para que me ajudem a mostrar ao Paraná a verdadeira face deste Governo falso e mentiroso, que é o Governo Roberto Requião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente e Se-

nhores Deputados, ouvi aqui o pronunciamento do nobre Deputado Algaci Túlio, a respeito da onda de violência. Estamos assistindo, em todo o Estado do Paraná, a questão da violência nos diferentes municípios deste Estado.

Estamos assistindo a preocupação do Governo do Estado na extinção do Fundo de Previdência do funcionalismo público do Estado do Paraná, dizendo inclusive na sua justificativa, da extinção daquele Fundo, que devemos acabar com cargos comissionados, que a entrada no serviço público deva ser feita através de concurso público.

E, para nossa surpresa, visto que ontem nós já registrávamos, desta Tribuna, o governo do Paraná encaminha a esta Casa a Mensagem 039, de 09 de agosto de 93, cujo número, nesta Casa, toma o de Anteprojeto de Lei 399/93.

Queremos deixar isto muito bem registrado, para que amanhã não se cobre a omissão de toda a Assembléia Legislativa, o Governo do Estado propõe a criação de 150 cargos em comissão, com a denominação de Assistente de Segurança Pública, com a simbologia 9-C.

Isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, passou pela maioria da Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado pela maioria da Comissão. Mas, isto, na nossa visão, representa de fato a caracterização da criação do "trem da alegria" no atual Governo. São 150 cargos de delegados "calças curtas", quando se pede homens habilitados, na Polícia Civil e na Polícia Militar que reclamam pelos salários miseráveis que ganham, envia o Governo do Paraná a esta Casa, e nós temos certeza de que as preocupações havidas, não pela maioria, mas pela minoria, na CCJ há de se transformar na maioria desse Plenário. Nós devemos coibir aqui nesta Casa quando se pretende acabar com o direito do funcionário público, quando se pretende extinguir o fundo de previdência dizendo que o funcionário está pedindo jetons e está pedindo cargos, manda o Governo do Estado para contrariar toda a sua teoria, toda a sua tese, manda o Governo do Estado do Paraná pedido de autorização para esta Casa criar e assinar em baixo a criação do trem da alegria, imitando aquilo que o Congresso Nacional já fez e foi denunciado por todo esse País. E se essa Assembléia aprovar a criação desse trem da alegria de 150 cargos comissionados para delegados calças-curta, com certeza ele estará dando o exemplo que deu o Congresso Nacional e que a sociedade combateu veementemente; porque já se diz que há o inchaço da máquina pública, que se paga mal o servidor pelo inchaço da máquina pública, e aqui nós estamos vendo nada mais, nada menos do que a tentativa de implantar no Estado do Paraná

também o trem da alegria com a criação de 150 cargos comissionados para satisfazer com certeza alguns municípios, alguns interesses e não os interesses do povo do Paraná. É mais uma vez a tentativa de se desmistificar a verdade que se tenta implantar através dos canais de televisão. E o Paraná tem que combater isto aqui, o Paraná tem que denunciar em cada canto. Se estamos precisando de funcionários públicos na Polícia Civil, na Polícia Militar, no Magistério, na Saúde, em qualquer outros órgãos nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Um minuto para concluir.

O SR. PAULO MAIA - E nós queremos dizer que o concurso público é o caminho para que se resolva isto aí, porque em muitas Prefeituras de oposição está lá os seus Prefeitos que não recebem repasses para nada, que não têm ajuda para nada, estão lá essas Prefeituras mantendo esses delegados calças-curta com os seus próprios recursos. O Paraná tem que repudiar a criação, tem que condenar o trem da alegria que tenta impor o Governo deste Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta presidência registra com satisfação a presença do Vereador Germino Bresolin de Marechal Cândido Rondon a pedido do Deputado Élio Rusch.

Grande Expediente, por trinta minutos, a palavra com o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados, inicialmente eu gostaria de registrar a presença do Prefeito de Inácio Martins, e sua esposa, ele Doutor Eugênio Mazette e ela Dona Rosalina, que nos honra com sua presença nesta Sessão da Assembléia Legislativa.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, no País onde a impunidade floresce e os dilapidadores do dinheiro público, zombando da sociedade e da justiça, desfrutam das vantagens e dos dividendos do patrimônio que obtiveram com o roubo e a fraude; inocentes estão sendo duramente punidos. Poderíamos dizer que assim acontece pela incúria (desleixo, negligência) de algumas autoridades. Se a expressão é muito forte digamos que é, pelo menos, resultado da omissão dessas mesmas autoridades que demoram e protelam sempre, as decisões importantes e necessárias, para a solução dos problemas que lhes são afetos.

As palavras, com que inicio meu pronunciamento de hoje, nesta Casa refletem, o brado de revolta, e indignação de alguns paranaenses que sofrem as consequên-

cias da insensibilidade, com que tem sido conduzido o processo de liquidação extrajudicial do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - o BADEP.

Senhores Deputados, as injustiças que, há quase três anos pesam sobre mais de uma centena de cidadãos paranaenses e suas famílias.

A primeira, diz respeito aos ex-empregados daquela instituição, que, depois de 20, 25 ou 30 anos, de dedicado trabalho a serviço do desenvolvimento do nosso Estado, tendo direito líquido e certo, ao benefício da aposentadoria, estão sofrendo um clima odioso de insegurança e angústia, provocada pela intervenção decretada, inteiramente fora das normas que a lei estabelece, pelo ex-Ministro Antonio Magri, de triste memória, no Instituto de Seguridade Social do Banco - PARSE.

A consequência desse ato arbitrário, até hoje não revogado, Senhores Deputados, é que aqueles ex-empregados do BADEP não podem administrar, com o amparo das salvaguardas, que a legislação assegura aos participantes de entidades fechadas de previdência privada, o patrimônio da instituição, que ajudaram a construir com parte dos seus salários. É uma situação injustificável, que violenta o espírito e as determinações expressas, da legislação que regula a previdência complementar, pois esta foi criada para assegurar aos trabalhadores, na última etapa das suas vidas a segurança e a tranquilidade, de que se fizeram merecedores, depois de toda uma existência de trabalho honesto e útil, para o desenvolvimento do País.

Este, no entanto, é um tema para detalhar em outra oportunidade.

A segunda injustiça gritante, decorrente da extinção do BADEP, Senhores Deputados que, como eu, representam o povo paranaense nesta Casa, diz respeito, ao triste espetáculo da humilhação por que passam respeitáveis homens públicos do Paraná, cujo único pecado foi terem aceito, como missão que não poderiam recusar, postos de comando no Banco antes de que se cogitasse a sua liquidação.

Trata-se de um crime, de certa forma hediondo, como está na moda adjetivar as transgressões, que ~~se~~ cometem com requintes de crueldade e com absoluta falta de respeito pela dignidade do próximo, contra honrados cidadãos paranaenses, ofendidos e humilhados perante suas famílias, seus amigos e a sociedade a qual serviram com dedicação e probidade. Contra esse crime, levando nesta Casa o meu protesto, fazendo eco aos murmúrios de revolta que lhes assomam à alma.

Murmúrios, por que não lhes têm sido dadas as facilidades para gritarem; aos céus e aos concidadãos, a injustiça de que

estão sendo vítimas.

Senhor Presidente e meus nobres Pares desta Casa Legislativa, em um esboço muito sumário e apressado; o papel que essa instituição desempenhou na luta pelo nosso Estado.

No final da década dos anos 50, vivendo a contradição inexplicável de uma terra extraordinariamente rica, na qual a sociedade sofria todas as carências de um caos administrativo e político, o Paraná e os paranaenses decidiram reagir. Não era mais possível conviver com tais incoerências. Era necessário mobilizar o trabalho, a inteligência e a vontade dos paranaenses para aproveitar, em benefício do Estado e do seu povo a riqueza aqui produzida.

Riqueza, propiciada pelo trabalho, de uma geração que foi responsável pelo extraordinário desempenho, da cafeicultura, nas terras roxas do Norte do Estado, numa avalanche que transformava o Paraná, no Eldorado dos sonhos de brasileiros de todas as origens. Riqueza, também extraída, das entranhas da terra, pelos europeus e asiáticos, que aqui vieram encontrar, o refúgio e as oportunidades impossíveis de desfrutar, naquela época, em suas pátrias de origem, devastadas pelo horrores da guerra recém-terminada.

Ao mesmo tempo, esse Estado, potencialmente poderoso, possuidor de uma terra fértil e habitado por um povo trabalhador, vivia o drama de carências estruturais profundas. Sem infra-estrutura adequada, para o escoamento de suas safras, e a transformação de suas matérias-primas. Sem instituições governamentais capazes, de oferecer à iniciativa privada, vitoriosa na luta pioneira, pela conquista econômica do território, o campo adequado para expandir-se, progredir, crescer, transformar-se, numa força social, capaz de promover novos avanços, no caminho do desenvolvimento auto-sustentado. Sem condições, portanto, de reter em nosso território os frutos da produção, o que acarretava a drenagem, para outros Estados melhor organizados, da riqueza duramente extraída do nosso chão com o trabalho, a perseverança e a coragem dos pioneiros.

Nesse quadro, foi criada a - CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná, depois BADEP -, resultado do esforço conjunto do Executivo e desta Assembléia.

O papel desempenhado pelo BADEP, como agente incentivador do nosso desenvolvimento, nos 30 anos de sua existência, não pode ser descrito nos limites desse discurso. Nem esse é o nosso objetivo.

Cabe ressaltar, no entanto, que dos quadros do BADEP saíram dirigentes de órgãos do mais alto escalão na administração do Estado. Secretários de Estado, direto-

res de empresas estatais que se transformaram em modelo para o País. Alguns, reconhecidos pela competência com que se destacaram no âmbito estadual, assumiram funções do mais alto nível na área federal. Chegaram à presidência de empresas públicas de primeiro nível, da união, e até a ministros da República.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não quero estender-me em considerações, sobre um assunto que é de domínio público. As citações que fiz apenas destacam algumas das realizações, levantadas ao acaso, que lembram o desempenho do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP.

Passo agora, nobres Deputados ao principal objetivo deste meu pronunciamento. Pelo único crime de não terem fugido ao dever e terem aceito trabalhar pelo Paraná, ocupando cargos de direção no BADEP, 15 ex-Diretores e ex-Conselheiros da instituição, passados mais de dois anos e meio da decisão do Banco Central de encerrar suas atividades, continuam, até hoje, com seus bens bloqueados e indisponíveis. Outros 54 executivos do Banco responderam, ainda, um processo de responsabilidade civil, sofrendo todos os percalços e vexames resultantes dessa situação.

Dois exemplos, Srs. Deputados, dizem da violência que este fato representa. Celso da Costa Sabóia, cidadão honesto, trabalhador, competente. Funcionário de carreira do Banco do Brasil, ocupou cargos de maior relevância na administração Federal e Estadual. Foi Diretor do Banco Central do Brasil. Convocado para servir ao Paraná, foi superintendente, mais de uma vez, do BANESTADO, em momentos críticos que nossa instituição oficial de crédito necessitou de austeros programas de recuperação. Depois presidente do mesmo BANESTADO, desempenhou-se no cargo com competência e reconhecida austeridade. Diretor do B.R.D.E., honrou a representação que exerceu em nome do nosso Estado. Presidente do BADEP, enfrentou um período difícil numa conjuntura nacional adversa.

É, hoje, um cidadão penalizado, pela injusta situação em que foi colocado. Impossibilitado de dispor dos seus haveres, constituídos durante toda uma vida de trabalho árduo ao serviço do estado. Acusado sem culpa, enfrenta, dia-a-dia, a sociedade. Otto Bracarense Costa.

O Sr. Anibal Khury - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Antes que V.Exa. inicie a parte que cabe ao Otto Bracarense Costa, eu quero dizer a V.Exa. à Casa e ao povo do Paraná que Celso Sabóia, apesar de ter sido penalizado pelo Banco Central, é uma das figuras mais honestas e competentes que eu co-

nheci na minha vida. Ele honra o Estado do Paraná pela sua honestidade, pela sua capacidade de trabalho e por tudo aquilo que ele fez pelo Paraná e pelo Brasil.

Celso devia ser homenageado e não condenado.

Este é o aparte que eu queria dar a Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - concedo um aparte ao Deputado Colombino Grassano.

O Sr. Colombino Grassano - Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Estamos hoje, nesta Casa, ouvindo as manifestações mais estranhas e que culmina com o discurso de Vossa Excelência talvez num gesto de grande humildade: "Mea culpa, mea culpa, mea máxima culpa."

Vossa Excelência quer atingir os efeitos, quando o grande crime foi cometido pela causa, Senhor Deputado.

Não adianta nesta altura da vida paranaense analisar os efeitos da iniciativa tomada pelo Governador Álvaro Dias, em pedir a intervenção judicial no BADEP.

Nós cumprimos com a nossa obrigação nesta Casa, com pronunciamentos veementes na defesa dessa instituição. Conheço esta instituição quando era presidente Adeodato Volpi, também uma das figuras lendárias da política paranaense.

Ao BADEP o Município de Arapongas deve muito e ao seu precursor a CODEPAR, porque foi através da CODEPAR e depois do BADEP que nós pudemos instituir o parque industrial de Arapongas.

Agora quando Vossa Excelência se lastima porque os bens estão indisponíveis e figuras importantes deste Estado, que poderíamos acrescentar além de Celso Sabóia e de Otto Bracarense, já falecido, outras figuras como Paulo Carneiro, João Elysio Ferraz de Campos, ex-governador do Estado, porque para fazer parte do Conselho de Administração deste Banco só as figuras mais importantes do Paraná poderiam a ele se incorporar, então os injustiçados são muitos e muitos deles sofrem as conseqüências do ato praticado pelo ex-governador, mas mais do que as injustiças a esses dois diretores há a injustiça ao Paraná. Trancou-se o desenvolvimento deste Estado, milhões e milhões de dólares deixaram de vir para o Paraná, porque o órgão repassador dos recursos do BNDS era o BADEP. O FDE transferido para o BANESTADO não está sendo ocupado, porque o Banco Central está gerindo esse mesmo fundo, com prejuízos mais uma vez ao Banco do Estado e a economia.

Eu me associo, Sr. Deputado ao discurso de V.Exa. é um discurso humano, é um discurso sério e acima de tudo V.Exa. vem

perante a esta Casa engrandecer, não por ter cometido um erro, mas por ter acompanhado a maioria governamental, permitindo que o BADEP fosse extinto com a transferência desse fundo.

Essas figuras que estão chorando, choraram ao lado dos grandes empresários e junto com os grandes empresários, mais do que eles, estão chorando aqueles que não têm tido mais a oportunidade de emprego, porque as fábricas não foram ampliadas, as fábricas não foram construídas, porque as indústrias não foram completadas, porque interrompeu-se um ciclo de desenvolvimento industrial no Paraná.

V.Exa. merece os nossos cumprimentos, a nossa solidariedade e os nossos aplausos pela corajosa manifestação que faz nesta Casa na tarde de hoje.

O Sr. Nelson Justus - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Eu quero nesta oportunidade, Deputado Toti, me associar as palavras do Deputado Anibal Khury, do Deputado Colombino Grassano e homenageá-lo, principalmente no momento em que o mundo vive cenas que vão realmente ficar para a história, assim como a queda do Muro de Berlim, assim como a dissolução da União Soviética, assim como o fraternal aperto de mão de Klabin e Iasser Arafat, a história aqui nesta Casa e eu me lembro muito bem, quando ocupei certa ocasião a tribuna e dizia, a história irá julgá-los, Srs. Deputados, todos nós seremos responsáveis pela dissolução e pela injustiça que como bem disse o Deputado Colombino, comete-se não só com os diretores e ex-funcionários do BADEP. Mas a maior injustiça se comete com o nosso Estado pela ação infantil e demagógica daqueles que quiseram da maneira fantasiosa, mais fácil e mais politiqueria acabar com um órgão como o BADEP.

Por essa razão eu me associo às palavras de V.Exa., cumprimento-o pela coragem e pela dignidade de reconhecer e dizer, de público aqui, que o crime que se fez, estende-se não só aos funcionários do BADEP, não só aos Conselheiros Diretores do BADEP, homens de bem que deram grande parcela de sua vida pelo desenvolvimento do Estado. Mas o maior prejudicado somos todos nós, todos os empresários, todos os homens de bem que procuram, de certa forma, produzir, apresentar resultados. E é isso que está faltando a esse Brasil que deu certo: RESULTADOS!

Por essa razão cumprimento-o e me associo às palavras de todos aqueles que me antecederam e que tiveram sempre a coragem de criticar a verdadeira demagogia que foi feita em prejuízo do nosso Estado na oca-

sião da extinção do BADEP. Parabéns Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Concedo aparte ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O Sr. Luiz H. Bona Turra - Obrigado. É preciso compreender as circunstâncias objetivas que o caro Deputado Toti Colaço faz, em que se processou a instrução da decisão que deu na liquidação extrajudicial do Banco de Desenvolvimento do Paraná. Naquele instante vínhamos de longo processo no qual os agentes da alta administração federal e também agentes da administração estadual fizeram acumular enorme, extraordinário, fantástico passivo junto ao Banco de Desenvolvimento do Paraná.

Lembro-me que esta Casa em CPI apreciou o escândalo Servix-Capemi, um escândalo que consistiu na tomada de empréstimos de financiamentos de longo prazo com garantias insuficientes, em todo o País, e junto a todos os bancos de Desenvolvimento diretamente agenciados e coordenados pela agência central de informações e também pelo SNI. O próprio filho do General Nilton Cruz encarregou-se de junto ao Banco de Desenvolvimento do Paraná, por via de informações privilegiadas e tráfico de influência, acessar um empréstimo da ordem de 120 milhões de dólares que nunca reverteram para o Estado do Paraná. E como esse, inúmeros outros, inúmeros outros financiamentos descobertos cuja execução ou não foi feita ou mesmo a execução deu no inadimplemento final do débito que gerou a insolvência daquela instituição. E o Governador do Paraná à época, Álvaro Dias, após amplo debate com a sociedade nesta Casa, mediante ampla instrução técnica de autoridades financeiras do nosso Estado e do País e em consulta com o Banco Central, decidiu pela liquidação extrajudicial daquela instituição.

É evidente que num procedimento tão grave e marcante como este, numa decisão tão séria, a autoridade saberia que seriam alcançadas injustamente. Mais recentemente o Ministério Público Estadual através do seu Procurador Geral de Justiça, ingressou com medida de responsabilização civil e criminal de todos os antigos dirigentes. É evidente que é possível que também aí tenha se alcançado mais do que aqueles efetivamente responsáveis por crime de gestão.

Então, Deputado Toti Colaço Vaz, a temática que V.Exa. traz é uma temática palpitante que exige análise mais detida. Há nem dois meses lá estive com a autoridade de liquidação do Banco de Desenvolvimento do Paraná e vi da responsabilidade com que o Banco Central está se havendo nesta ta-

refa. Creio que é dever desta Assembléia Legislativa e talvez do pronunciamento de V.Exa. pudesse resultar uma comissão especial de acompanhamento deste processo de liquidação em curso pelo Banco Central, já que um dos grandes credores daquela Instituição - BADEP - é o Banco do Estado do Paraná; então, seria bom formar uma comissão especial parlamentar para acompanhar este processo de liquidação extrajudicial bem como as negociações que estão ocorrendo com os devedores daquela Instituição. Mas não posso deixar de registrar aqui o meu inconformismo com o oportunismo do Deputado Nelson Justus, que integrou a administração do ex-Governador Álvaro Dias e que agora se refere de um modo absolutamente irresponsável e menor à figura do grande Governador Álvaro Dias.

O SR. NELSON JUSTUS - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Portanto

O SR. NELSON JUSTUS - Eu nunca integrei a administração...
(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa solicita aos Deputados que...

(Vozes paralelas - o Senhor Presidente faz soar os tímpanos)

Pela Ordem, Deputado Dirceu Silveira Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para corrigir esta dúvida: eu que convivi aqui durante o Governo Álvaro Dias nunca tive conhecimento, ilustre Deputado Bona Turra, de que o Deputado Nelson Justus tenha feito parte da equipe do Governador Álvaro Dias. Então, gostaria que V.Exa. não misturasse a figura do ex-Governador Álvaro Dias neste episódio que V.Exa. está debatendo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Vozes paralelas)

Tem a palavra novamente o Deputado Toti Colaço na tribuna.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - ...mas a quem se referiu e aqui faço a retificação, na verdade, o Deputado Nelson Justus integrou a direção da Companhia de Habitação do Paraná no período do Governo José Richa, de quem foi subsequente o Governador Álvaro Dias.

Mas na verdade esta referência que faz o Deputado Nelson Justus à decisão do ex-Governador Álvaro Dias, como já havia

feito e se processou aqui novamente, o Deputado Colombino Grassano dizendo que essa decisão contrariava os interesses do Paraná, quero dizer: essa decisão atendeu aos interesses públicos e era a única decisão possível diante da situação objetiva e incluiu responsáveis no âmbito federal e estadual. E fizeram jogar aquela Instituição. Aquela Instituição foi jogada no âmbito da insolvência, não por ato de liquidação intrajudicial, mas por atos probos e de gestão criminosa praticados por inúmeros daqueles que dirigiram não só o BADEP mas também da alta administração federal, como foi o caso concreto do agenciamento que fez o General Nilton Cruz no interesse do seu filho, captando vultosos empréstimos e financiamentos junto a Bancos de Desenvolvimento sem nunca terem...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa está informando ao Deputado Toti Colaço que está esgotado o Horário do Grande Expediente.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Agradeço ao Deputado Toti Colaço pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado, Vossa Excelência passa a falar no Horário do PMDB.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Estou inscrito neste horário?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a permissão do Deputado Bona Turra.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, eu preciso concluir. Eu fui muito gentil cedendo os apartes, foi extrapolado por parte do companheiro o tempo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Se V. Exa. desejar fazer uso do nosso Partido, cederemos com prazer.

O SR. TOTI COLAÇO - Obrigado!

Gostaria de, antes de voltar no assunto que estava abordando aqui, dizer o seguinte, dizer isto mais uma vez a esta Casa de Leis, principalmente ao ilustre Deputado Colombino Grassano, que tenho grande respeito pelo seu trabalho, pela sua postura, quero dizer de hipótese alguma eu vou bater no peito e pedir desculpas - minha culpa! Minha culpa! Por dois motivos: o primeiro, o primeiro deles é que não fui eu quem fechou o BADEP, não tomei decisão de fechar o BADEP judicialmente, extrajudicialmente, politicamente ou administrativamente.

Segundo: eu sou um homem livre. Graças a Deus! Sou um homem eminentemente livre! Não sou funcionário do Governo, nem fede-

ral, nem estadual, nem municipal. Não sou um grande empresário. Sou apenas um simples advogado, que tem uma banca de advocacia na Cidade de Irati e exercia minha profissão antes de entrar para a vida pública. Faço desta Tribuna, faço da minha vida um verdadeiro sacerdócio, voto a favor do Governo porque eu faço parte da equipe do Governo, principalmente da nossa Bancada, mas também tenho a mesma liberdade, a mesma coragem e até mesmo a humildade, muitas vezes, de vir à Tribuna levantar questões que são de interesse do Paraná. Não vim aqui para discutir o mérito do fechamento do BADEP. Estou aqui para sacudir esta Casa para que se solucionem as injustiças que estão se cometendo, por aí. Já que nós pregamos tanto e queremos a justiça, aqui há algumas delas.

Eu vou prosseguir com meu pronunciamento, para poder encerrar, em virtude do meu tempo, que já se vai. (Lê):

"Otto Bracarense Costa foi uma vítima fatal deste mesmo processo. Paranaense por adoção, dedicou a vida às causas públicas mais nobres. Militante Sindical, teve atuação destacada como delegado do Sindicato dos Bancários do Paraná na Federação Nacional dos Bancários e como delegado do Instituto Nacional dos Bancários, no Paraná. Foi marcante seu desempenho nestas funções. A Delegacia do Paraná do Instituto dos Bancários, em sua administração, foi modelo para o Brasil, desenvolvendo um padrão de serviços do mais elevado nível. Cassado em 1964, percorreu vários Estados, desempenhando-se, no Banco do Brasil, com zelo exemplar, mesmo banido da vida política. Voltou ao Paraná com o governo do PMDB, na administração José Richa. Foi chefe da Casa Civil e Secretário do Planejamento. Em decorrência destas funções, exerceu o cargo de Conselheiro do BADEP.

Atingido em sua honra, e seu amor próprio com a punição que estava sendo submetido, Otto Bracarense não resistiu muito tempo. Por certo, também um dos motivos de sua morte prematura, no início deste ano. Foi a pressão insuportável, para seu espírito de cidadão honrado, a que estava submetido com a vexatória e humilhante situação em que foi colocado. Sua reabilitação, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que certamente deverá ocorrer ao fim desse odioso processo, será uma reabilitação póstuma.

Nobres pares que, junto comigo, representam o povo paranaense nesta Casa. Não podemos compactuar com esta inominável injustiça. Quanto tempo mais estes conterrâneos dignos, que prestaram serviços relevantes ao Estado, continuarão submetidos ao vexame que lhes impõem?

Por que não se decide, não se julga, não se resolve a questão a respeito de possíveis erros, apontando-se à sociedade

aqueles que tenham alguma culpa e inocentando-se, definitivamente, aqueles que nada devem? Quem não deve, deve ser inocentado o mais rápido possível; esta é minha bronca e minha mágoa. Quem deve, tem que pagar mesmo!

Ao que sabemos, até o Banco Central já tomou a decisão favorável à convocação, no caso BADEP.

Quais os motivos, então, que impedem uma rápida solução para esse doloroso caso? Lanço, aqui, meu apelo ao poder judiciário paranaense, para que apresse a tramitação desses processos, se depender de sua atuação. E, a Procuradoria Geral do Estado; Secretaria da Fazenda e ao Banco Central, que diligenciem as medidas necessárias para um desfecho, o mais rápido possível, desse "caso BADEP", que ofende e violenta o espírito de justiça dos paranaenses.

Queremos, Sr. Presidente, requerer que cópia deste pronunciamento seja encaminhado à Procuradoria Geral do Estado; à Secretaria da Fazenda e ao Banco Central, no anseio de encontrar ressonância.

Era o que tínhamos Sr. Presidente.

O Sr. Algaci Túlio - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Quero apenas me congratular com V.Exa. no seu pronunciamento, e dizer de que os Anais desta Casa são provas suficientes que aqui tivemos, que aqui travamos para que não ocorresse a injustiça do fechamento do BADEP. E acima de tudo eu quero também me congratular a V.Exa. quando presta homenagem a esta figura extraordinária, esse ser humano extraordinário que era o companheiro Otto Bracarense, não era do meu Partido, mas em várias ocasiões, gestionando junto a ele, resolvemos muitas questões com relação especialmente a região metropolitana de Curitiba quando era Otto Bracarense Chefe da Casa Civil do governo José Richa.

Quero portanto me somar a esse pleito de homenagem a esta figura que precisa ser lembrada pelo governo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças. Palavra concedida ao PT. Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Quando aqui na Assembléia Legislativa eu cheguei foi nos entregue uma ficha no qual nos perguntavam qual a região do Estado que defendíamos. Eu fiz questão de naquela ficha escrever o seguinte: "Defendo a classe trabalhadora", e não registrei nenhum Município como área geográfica a qual eu pertenceria e que deveria defen-

der, e que seria o pai ou padrinho daquela área geográfica.

E como defensor da classe trabalhadora, tenho usado essa Tribuna seja para defender servidor público, bancário, metalúrgico, ou trabalhador da construção civil. Toda vez que vejo injustiça a mim não importa quem seja esse trabalhador, se injustiçado deve ser defendido, porque eu fui eleito justamente pelos trabalhadores; e como trabalhador eu coloco o meu mandato como instrumento contra a opressão e a exploração a que os trabalhadores brasileiros são submetidos, seja qual for esse trabalhador e seja qual for a luta desses trabalhadores. Eu estive nesta Tribuna já por mais de uma vez defendendo os servidores públicos do Estado, e outros trabalhadores, e também defendendo os servidores públicos do Município de Curitiba, que sou servidor público; pois os servidores públicos do Município de Curitiba após a última greve da área da saúde vivem sofrendo uma das maiores opressões que os trabalhadores são submetidos, foi cortado o vale-transporte, sendo que alguns deles para ir trabalhar necessitam pegar dinheiro emprestado. Foram cortados, hoje fiquei sabendo, o vale mercado de todos esses trabalhadores. Cerca de 50% percebem um salário mínimo ou no máximo um salário mínimo e meio. Tem vale mercado, fazem a compra e é descontado no pagamento. Com o corte formulado hoje, conforme informações que obtive, esses trabalhadores vão ter metade do salário descontado e não vão poder comprar comida para passar o próximo mês. Isto é repressão também pela luta que os trabalhadores desenvolveram.

Falei nesta tribuna que, no final da década de 70 e de 80, Paulo Maluf cortou o Código de descontos dos sindicatos da Associação dos Professores do Estado de São Paulo, APEOSP, e o Requião fez a mesma coisa quando era Presidente da ASMUC. Recordando Requião e recordando Paulo Maluf, Rafael Greca de Macedo fez a mesma coisa com os trabalhadores da Prefeitura. Eu toda vez que tiver injustiças, na qual esses injustiçados são os trabalhadores que percebem baixos salários, que são oprimidos, eu não me calarei. Para se ter uma idéia durante este ano o reajuste dos servidores públicos da Prefeitura foi de 178,6%. O do transporte coletivo foi de 471,42%. Será que a inflação que sofrem os empresários do transporte coletivo não é a mesma inflação que sofrem esses trabalhadores? Devido a isto a estas injustiças é que esses trabalhadores foram à luta e agora mesmo sofrem as consequências como cortes e mais cortes, seja no vale-transporte, seja no direito de comprar comida nos supermercados.

E aqui eu deixo o meu protesto em re-

lação a este tipo de autoritarismo nas quais as vítimas sempre são os menores, os pequenos e são os servidores públicos e trabalhadores em geral.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças. Com a palavra o Deputado Luiz H. Bona Turra, encerrando o horário das Lideranças.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Alguns comentários, algumas notícias, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aprovou-se segunda-feira a instalação por esta Casa de Comissão Especial para o acompanhamento das atividades da Companhia de Energia Elétrica do Estado, COPEL, relativas a construção da Usina Hidrelétrica de Caxias. Quero aí, Senhor Presidente, dirigir um apelo a V.Exa., como também aos demais membros deste Parlamento, já que a propositura fala da instalação de Comissão Especial integrada por cinco membros e estando já três membros desta Casa devidamente articulados com o conjunto das questões relativas a região e que aliás são também os autores deste Requerimento, que pudéssemos ter a designação pela Presidência da Casa dos Deputados Nereu Alves de Moura, Deputado Ovídio Constantino e deste Parlamentar, como também que os outros dois pudessem ser escolhidos entre os membros representantes das regiões oeste e sudoeste, Deputados Élio Rusch, Duílio Genari e Ademar Traiano.

Também há cerca de um mês, Senhor Presidente, tivemos a instalação, devidamente aprovada por esta Casa, da Comissão Especial que deve investigar as causas, implicações da utilização de métodos violentos de investigação policial pela Polícia Civil do Estado. Cresce a necessidade de termos a imediata instalação, Senhor Presidente, dessa Comissão Especial, para analisar a questão da tortura, já que temos a notícia do cometimento recente de crimes de tortura nas delegacias de Paranaguá, Assaí, Cascavel, e também em distritos policiais da capital do Estado. Há o imperativo, Senhor Presidente, já que não há nesta Casa comissão técnica que trate da questão dos direitos humanos especificamente, que tenhamos instalações desta Comissão Especial para analisar as causas vertentes de implicações da tortura.

Também, hoje, teremos a instalação de propositura que visa instalar Comissão Especial que possa encaminhar a discussão sobre a reforma da Lei do Sistema Estadual de Educação no Estado. Lei que data de 1964 e cujo debate vai avançado no Congresso Nacional.

Quero, aqui, utilizando o Horário da Liderança do PMDB estranhar a manifestação do Deputado Algaci Túlio, que certamente, não tendo estudado a matéria aqui cometeu equívocos ao tratar de duas decisões judiciais que em verdade constituem dois erros judiciais. Não se diga aí que se trata de erro judiciário porque contraria a posição do Governador do Estado. A decisão relativa a intervenção Federal no Estado, constitui, caro Deputado Algaci Túlio, erro craso, e aqui falo com autoridade de quem atuou até alçar-se a administração pública estadual, como advogado dos moradores da Vila Formosa, em antiga lide judicial que envolve questão de domínio daquela área. Evidentemente, não poderia, o advogado, que me antecedeu deixar de ser comunicado de uma decisão não de intervenção, mas que importasse posterior decisão dessa natureza. Portanto, a decisão judicial referia-se a Vila Formosa, que nada tem a ver com o objetivo dos autos próprios que subiram ao Supremo Tribunal Federal.

Deputado Algaci Túlio, tem-se, aqui, erro craso judiciário, que tenho certeza, não decorreu de má-fé, mas de má instrução de todo procedimento. A decisão dizia respeito a área distinta, e sabe V. Exa. que dizendo respeito a área distinta não poderia ter havido intervenção federal em decorrência do trabalho e da moradia que lá fazem centenas de trabalhadores, há muitos anos, há mais de duas décadas e que já conquistaram, inclusive, o direito de usucapião sobre aquela área.

Também em relação às tarifas da região metropolitana, há, aqui, um erro craso do Meritíssimo Juiz que decidiu a matéria. Diz-se de mandado de segurança, a liminar em mandado de segurança só pode ser concedida quando a matéria, objeto do mandado for matéria incontroversa, e o direito foi líquido e certo. Sabe V. Exa. que é homem público experiente que a matéria relativa a tarifa de transporte coletivo jamais é matéria incontroversa, porque envolve prova, envolve perícia, e todas as matérias que envolvam prova, que envolvem perícia, têm de ser objeto de ação ordinária, não podem ser objeto de mandado de segurança, essa é doutrina em jurisprudência sempre. O Meritíssimo Juiz, quando decidiu essa matéria desatendeu a algo que está sempre na jurisprudência e na doutrina. Não é possível conceder liminar fazendo majorar tarifas, porque senão vamos ter, na verdade, a desconsideração de todo processo judiciário brasileiro, mandado de segurança é para proteção de direito líquido e certo, e não se trata de direito líquido e certo o direito à majoração.

Quero, finalmente, dar breve notícia sobre a decisão última da Procuradoria da

República do Paraná, que na verdade desfaz todos aqueles equívocos anteriores que deram bases a debates aqui nessa Casa. Decidiu a Procuradoria da República recomendar ao Ministério das Comunicações e também à TELEBRÁS, o imediato afastamento de toda diretoria da TELEPAR, além da suspensão dos contratos relativos ao plano de atendimento integral a demanda, e ampla audição naquela Companhia. E neste final de semana, e também no início desta semana em Brasília, tivemos um amplo debate com o Ministro do Estado do PMDB, como também com Deputados Federais da Bancada Paranaense, e com o Deputado Líder do Governo no Congresso Nacional, pudemos chegar a termo que deve significar o encaminhamento ainda esta semana diretamente à Presidência da República da representação que foi ingressada junto à Procuradoria da República.

É de se esperar que o Ministério das Comunicações possa rapidamente, decidir pelo afastamento de uma direção que se faz ilegítima porque, contrariando os interesses públicos, lá faz os negócios de gestão. E também ilegal, porque decorre do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União que, nos casos de procedimentos de inquéritos e sindicância, como os que respondem os diretores da TELEPAR, impõe o imediato afastamento da autoridade pública.

Finalmente, digo aqui da decisão recente adotada por S. Exa. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social que, após manifestações desta Casa como também em debate com a sociedade civil, decidiu pelo imediato afastamento e demissão do diretor da Escola Queiroz Filho e substituição de diversos outros agentes que lá praticaram atos de crueldade e violência contra os menores lá internos.

Dadas essas notícias e solicitadas as providências, concluo, reiterando a V. Exa. Sr. Presidente, a necessidade de imediata instalação da comissão especial que analisa as causas vertentes e implicações das torturas integradas por três membros, como também a de instalação de Comissão Especial que deve investigar, acompanhar e monitorar as questões relativas à construção da obra hidrelétrica da Usina de Caxias.

Era o comentário, eram as notícias.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário das Lideranças.

Deputado Alceu Swarowski registra a presença do Prefeito de Rio Negro, Alceu Ricardo Swarowski e do Engenheiro Reinaldo Herbert Jr.

Atenção para a questão de ordem formulada no início da Sessão pelo Deputado Dr.

Rosinha.

Esta Presidência anuncia e solicita às Lideranças para as providências necessárias que a Comissão Especial para averiguar os problemas relativos à Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná e constituída de 09 membros terá a seguinte composição:

PMDB: 02; PP: 02; PTB: 02; PDT: 01; PFL: 01; PT: 01.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, 02 (dois) projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa para viagem à Brasília, onde pretende desenvolver gestões e entendimentos com a Bancada Federal do Paraná, no sentido de que os municípios que aqui representa, sejam beneficiados com recursos através do Orçamento Geral da União. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 156/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski. Estabelece formas de abatimento e autoriza aplicação de sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor, objetivando o cumprimento do disposto na Lei Estadual n° 10.248, de 14 de janeiro de 1993, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..

Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 346/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Declara de Utilidade Pública Estadual o PROVOPAR - União Reboucense - Ação Social, com sede e foro no Município de Rebouças - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 365/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Declara de Utilidade Pública a Creche Pequeno Príncipe, com sede e foro no Município de Moreira Sales. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 377/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. Institui o Dia Estadual do Doador de Sangue e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Decreto Legislativo n° 007/91, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Determina a sustação do processo de Ação Penal contra o Deputado José Arthur Ricci. **Aprovado, artigo por artigo, com votos contrários dos Senhores Deputados Emilia Belinati, Paulo Maia, Lourenço Fregonese, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar n° 044/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Dispõe sobre o Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros no Estado do Paraná, nos termos do artigo 146 da Constituição Estadual, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 13, de 06.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 044/91
(Restaurado em 30.09.91)

LCM/AL/3293/92

PROTOCOLO: 1825/91

SÚMULA: Dispõe sobre o Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, nos termos do artigo 146 da Constituição Estadual e dá outras providências.

AUTOR: Deputado Neivo Beraldin

P A R E C E R:

Trata-se de Projeto de Lei Complementar, que atende ao disposto em nossa Constituição Estadual e que visa atualizar as normas estaduais sobre o transporte coletivo rodoviário intermunicipal.

Lembra o autor, em sua justificativa,

que este projeto foi apreciado pelo Procurador Geral do Estado, na época em que concluiu o seu estudo a respeito e mereceu do mesmo as melhores referências.

Não encontramos nenhum obstáculo de caráter legal, que possa impedir a tramitação deste citado Projeto de Lei. Reconhecemos sua importância, as implicações que o mesmo suscita e por isto mesmo, entendemos que deve seguir regimentalmente, ouvindo-se as demais Comissões Técnicas necessárias.

Nesta C.C.J., e sob o enfoque constitucional, nada há que possa interferir a respeito.

Opinamos favoravelmente à sua apreciação em Plenário, quanto ao mérito.

É de se registrar, ainda, que está anexado a este Projeto de Lei, outro, que versa sobre a mesma matéria, de autoria do Deputado Hermas Brandão e outros, sob n° 048/91 - Protocolo 2050/91, igualmente restaurado. Teríamos igual parecer sobre o mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Renato Adur e Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei Complementar n° 044/91, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Para encaminhar a justificação que dão os nobres autores do Requerimento.

Há uma justificação para o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não, não existe justificativa. Apenas o requerido, e nem precisa.

Não é exigido pela Mesa que se apresente justificativa para se requerer a retirada da Ordem do Dia.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria - ainda dentro do Requerimento que está sobre a mesa - que fosse tomada aquela providência que solicitamos - quando do debate em relação ao Transporte Coletivo, no Plenarinho da Assembleia - quando Vossa Excelência recebeu uma fita e um recorte - inclusive da imprensa - de que haviam acusações feitas pelo Deputado Neivo Beraldin e Parlamentares desta Casa.

Em segundo item, gostaria também de saber a que conclusão se chegou com aquele debate, para que possamos, evidentemente, analisar, com muita tranqüilidade e muita seriedade, este projeto com relação ao

Transporte Coletivo.

Acredito eu que, sem essas determinações e sem essas providências, o Plenário ainda não esteja em condições de analisar este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa responde à Questão de Ordem do Deputado Algaci Túlio.

Houve no período da manhã, uma reunião das Lideranças Partidárias e, naquela oportunidade, no Gabinete da Presidência, foi apresentado aos Senhores Deputados que lá estavam - não só aos Líderes, mas a todos que lá estavam - o teor da fita que nos foi entregue durante a audiência pública; e os Deputados que lá estavam constataram que não houve, por parte do Deputado Neivo Beraldin, nenhuma manifestação, apenas manifestações dos apresentadores do Programa "Alô Ratinho". Em nenhum momento o Deputado Neivo se expressou - pelo menos no que consta daquela fita.

Em segundo lugar, a Presidência convocou a audiência pública, ela se realizou e, posteriormente a esta audiência - ainda no mês de agosto, numa reunião das Lideranças - entenderam os Senhores Deputados Líderes, que deveríamos colocar o projeto para votação no dia de hoje, o que foi devidamente seguido à risca pela Presidência da Casa.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Tive oportunidade de ouvir e ver o vídeo que Vossa Excelência mandou que se rodasse, junto com os demais Líderes desta Casa e, realmente, nada se constatou que possa incriminar o Senhor Deputado Neivo Beraldin.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Requerimento de retirada por três Sessões, do Projeto n.º 044/91. Aprovado. O Projeto retornará à Ordem do Dia na próxima quarta-feira.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Quero, mais uma vez, lamentar a atitude do Presidente da RODOPAR, quando numa reunião com os Senhores Deputados, eleitos pelo povo do Paraná, chega a esta Casa com uma fita que dizia que havia acusações deste Parlamentar aos Senhores Deputados. É lamentável que um cidadão venha - não sei da onde - com uma fita embaixo do braço, tentando intimidar os Senhores Deputados e acusar tamanha agressividade a um Parlamentar. É mais lamentável ainda, porque naquele dia, houve Deputados que se colocaram preocupados com a acusação deste cidadão.

Ouvi isso calado, Senhor Presidente.

Tenho ouvido calado muitas coisas. Mas, espero que na quarta-feira possamos chegar a um final feliz, aqui nesta Casa, acabando de uma vez por todas com o monopólio. E isso só será possível, evidentemente, com a aprovação dos Senhores Deputados.

Vou requerer, na quarta-feira, a votação nominal e aberta, para que não tenham dúvidas em relação ao nosso comportamento.

Muito obrigado.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Na qualidade de Líder do Governo, gostaria de parabenizar o Deputado Neivo Beraldin pela sua conduta.

Deixar claro, também, que vimos a fita e ouvimos o que foi falado. E o que ficou muito claro naquela gravação, é que repórteres de uma determinada emissora, de determinado programa de televisão, disseram, colocaram suas palavras como se o Deputado Neivo Beraldin tivesse dito aquilo.

Não vimos, em momento algum, como se fosse o Deputado Neivo Beraldin. Queremos, neste momento, nos solidarizar com o Deputado Neivo Beraldin, porque não admitimos este tipo de negociata, em momento algum, na nossa vida particular, e muito menos na defesa da conduta dos Parlamentares desta Casa.

Entendemos que estamos aqui para votar aquilo que entendemos justo e correto, independentemente de subterfúgios ou direcionamentos, quaisquer que sejam.

Portanto, queremos aqui nos solidarizar, em nome da Bancada do PMDB e da Liderança do Governo, com a conduta do Deputado Neivo Beraldin, que há 4 anos defende seu projeto.

A posição de cada Parlamentar - favorável ou contrária - é prerrogativa do Parlamentar. Agora, a idoneidade, a conduta do cidadão, do Parlamentar, temos que defender, quando ele está cumprindo com o seu dever de paranaense.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem) - Acho até louvável a atitude do Deputado Neivo Beraldin - tenho a satisfação de tê-lo como amigo - disso que saiu publicado no jornal.

Vossa Excelência tem, eu tenho arquivado, de que consta no jornal "O Estado", de que - não sei se colocaram as palavras na boca de Vossa Excelência, mas não acredito, em hipótese alguma. Conversei com Vossa Excelência, Vossa Excelência desmentiu - quem votasse contra o seu projeto, estaria - vou dar a entender, porque não me lembro, preciso pegar nos meus arquivos - daria a entender de que estaria sendo comprado, estaria recebendo, estaria se corrompendo.

Fui à televisão e o defendi, Vossa Ex-

celência sabe. Disse que não acreditava que Vossa Excelência teria dito que nesta Casa, que quem votasse contra o seu Projeto fosse corrupto, fosse ladrão, fosse pilantra ou marginal, entendeu? E o defendi! Depois assisti àquele debate que apresentaram uma fita, não sei de que programa de televisão, não me interessei, e acho até decente a parte de Vossa Excelência e do Líder, meu querido Renato Adur, que realmente tem que se votar aberto, eu por exemplo voto contra o Senhor e aberto, e digo na televisão que sou contra e serei contra sempre, entendeu?

Eu voto aberto, falando para o povo, porque eu sou líder de audiência nesse Estado, então eu digo: sou contra, serei contra sempre, porque eu tenho os meus ideais, entendeu? Porque eu defendo a empresa da minha cidade, ela não me corrompe, eu não a corroto, e não tenho rabo preso com vagabundo nenhum neste Estado, e vou mais além: defendo sim a geração de empregos na minha cidade, a geração de emprego, por isso eu morro.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI (Pela Ordem) -

Quero manifestar a minha solidariedade ao Deputado Neivo Beraldin e salientar que assisti ao último debate feito nesta Casa, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, onde a RODOPAR, através dos seus representantes, tentaram de toda forma ridicularizar o Projeto do Deputado Neivo Beraldin, nosso colega.

Quero dizer que o antagonismo dos Projetos formulados pelo Deputado Hermas Brandão e Neivo Beraldin é justo e é concernente aos trabalhos desta Casa. O que não se pode é expor um colega do timbre e da qualidade de Neivo Beraldin a situações como esta.

Eram minhas palavras, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) -

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 299/93, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que autoriza o Poder Executivo a Estadualizar a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Arapongas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E. e C.O.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 84, de 24.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 299/93

AUTOR: Deputado Colombino Grassano

P A R E C E R:

I - O nobre Parlamentar propõe Projeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Arapongas.

II - Sendo o Projeto meramente autori-

Curitiba, quarta, em 15.09.93

zatório, não encontramos óbices para sua tramitação nesta Casa de Leis.

III - Diante do exposto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 299/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Colombino Grassano, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Arapongas.

A matéria já foi devidamente analisada pelas duntas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Educação que através de seus respectivos relatores ofereceram parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há óbice que impeça a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI N° 299/93

AUTOR DEPUTADO COLOMBINO GRASSANO

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Arapongas.

P A R E C E R:

A oportunidade e conveniência da deflagração do processo legislativo são do Executivo.

Mas, sendo a matéria meramente autorizatória e consulta os altos interesses da Educação e do Ensino, somos de parecer favorável.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 18.08.93.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 299/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Colombino Grassano, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Arapongas.

O Projeto de Lei em tela já foi devidamente analisado pelas duntas Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Educação e Comissão de Finanças, que se manifestaram favoravelmente à sua aprovação.

Chamada a opinar esta Comissão de Or-

amento manifesta-se favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.93.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 314/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Fraternidade Eclética Espiritualista Universal, com sede-principal e foro no Município de Luziânia, Estado de Goiás e representação regional nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 86, de 28.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 314/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 314/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, declara de Utilidade Pública Fraternidade Eclética Espiritualista Universal, com sede e foro no Município de Luziânia e com sede regional em Curitiba.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Voto contrário do Doutor Rosinha e Ovídio Constantino.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registro o voto contrário do Doutor Rosinha e Ovídio Constantino.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 325/93, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO. Denomina de Rodovia Edgard Andrade Gomes, o trecho da Rodovia que liga os Municípios de Irati a Inácio Martins. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A n° 88, de 30.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 325/93

AUTOR DEPUTADO TOTI COLAÇO

P A R E C E R:

I - O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, pretende denominar Rodovia Edgard Andrade Gomes, o trecho da rodovia que liga os Municípios de Irati a Inácio Martins.

II - Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada encontramos que pudesse impedir sua tramitação normal, es-

tando a matéria em condições de receber a apreciação do soberano Plenário.

III - Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 325/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 325/93, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, que denomina "Rodovia Edgard Andrade Gomes", o trecho da Rodovia que liga os Municípios de Irati a Inácio Martins, visa homenagear uma pessoa que prestou relevantes serviços à comunidade de Irati, dedicando grande parte de sua vida ao próximo tendo exercido as funções de Vereador e Prefeito na vida política, tendo inclusive falecido no exercício do mandato de Prefeito no ano de 1980.

Do ponto de vista regimental e constitucional, o Projeto de Lei em questão, já tem o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, por estar dentro das normas exigidas.

Portanto, recebe também desta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, parecer favorável, acompanhando os votos dos membros que compõem a C.C.J..

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 353/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho que liga o Município de Pérola ao Distrito de Boa Esperança, no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 102, de 02.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 353/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei n° 353/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Pérola ou Distrito de Boa Esperança, no Estado do Paraná.

Da análise do referido projeto, em razão de tratar-se de medida meramente autorizatória, emitimos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 353/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Pérola ao Distrito de Boa Esperança.

O presente recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta comissão, o projeto não encontra qualquer óbice quanto à sua aprovação.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua tramitação e posterior aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 354/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Denomina Ponte Pedro Merhy Seleme, a ponte sobre o Rio Negro, que liga os Municípios de São Mateus do Sul no Estado do Paraná, até a divisa com o Município de Três Barras no Estado de Santa Catarina. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 102, de 02.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 354/93

Autor: Deputado Nilton Barbosa

P A R E C E R:

Esta Comissão recebeu o Projeto de Lei em epígrafe para ser analisado e relatado.

Tem por finalidade denominar Ponte "Pedro Merhy Seleme" a ponte sobre o Rio Negro, que liga os Municípios de São Mateus do Sul, no Estado do Paraná, até a divisa com o Município de Três Barras, no Estado de Santa Catarina.

Nada impede a sua tramitação normal nesta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 354/93

AUTOR: Deputado Nilton Barbosa

P A R E C E R:

O projeto em questão tem a finalidade de denominar a "Ponte Pedro Merhy Seleme", a ponte sobre o Rio Negro, que liga os Municípios de São Mateus do Sul, no Estado

Curitiba, quarta, em 15.09.93

do Paraná até a divisa com o Município de Três Barras, no Estado de Santa Catarina.

Analisando o projeto, notamos a análise constitucional, regimental e legal do referido projeto em epígrafe, temos a informar que nada opomos para a sua normal tramitação dentro desta augusta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.08.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
HEINZ HERWIG - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 358/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Pierino Gotti. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e Substitutivo Geral da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 102, de 02.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 358/93

AUTOR: Deputado Lourenço Fregonese

P A R E C E R:

A matéria trazida na proposição acima para conhecimento desta Comissão, propõe conceder ao ilustre Senhor Pierino Gotti o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, numa feliz iniciativa do nobre Deputado Lourenço Fregonese.

Chamado a opinar, essa Comissão emite parecer favorável, apresentando no entanto, um Substitutivo Geral, por entender que a proposta de Cidadania Benemérita se aplica a personalidades naturais do Estado.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do Substitutivo Geral, ora apresentado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

Apoiamento: Oswaldo Trevisan, Arlindo Troian, Nilton Barbosa, Luiz Antonio Setti, Paulo Maia, Totti Colaço e Emilia Belinati.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 370/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Distrito de Boa Esperança ao Município de São Jorge do Patrocínio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 104, de 04.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 370/93

AUTOR DEPUTADO NILTON BARBOSA

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em epígrafe, de auto-

ria do nobre Deputado Nilton Barbosa, autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Distrito de Boa Esperança ao Município de São Jorge do Patrocínio.

Ao ser analisado por esta Comissão, nada encontramos de óbice que pudesse impedir sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 370/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 370/93, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Distrito de Boa Esperança ao Município de São Jorge do Patrocínio.

Analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei em questão já tem parecer favorável, por estar dentro das normas regimentais e constitucionais.

Portanto, recebe também desta C.O.P.T.C., parecer favorável, acompanhando os votos dos membros que compõem a C.C.J..

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 403/93, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Serafim Meneghel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. n° 110 de 16.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 403/93

P A R E C E R:

O Plano de Lei em análise, de autoria do nobre Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, objetiva conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Serafim Meneghel.

Procedida a apreciação da matéria, sob a ótica constitucional, legal e regimental, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, estando a proposta em perfeitas condições de merecer a deliberação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável opinando pela sua aprovação, do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

Em votação.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, com o devido respeito ao ilustre Deputado Oswaldo Trevisan o item 14 da pauta de hoje talvez nos conduza a repensar, e isto tem defendido a Bancada do PT, os critérios e os vigores exigíveis para a concessão dos títulos de cidadania honorária a fim de que justamente este título se valorize e nem de longe seja banalizado. Apreciamos hoje projeto que visa conceder a Cidadania Honorária ao Sr. Serafim Meneghel. Na justificação deste projeto pude observar o principal fundamento está na propriedade que detém de poderosíssima e conhecida usinagem de álcool na região norte do Paraná. Não uma outra indicação que justificasse a cidadania honorária, a cidadania civil, com certeza, mas nenhuma razão vi que justificasse a cidadania honorária.

Aliás, motiva-me até esta apreciação já que conhecendo de violências perpetradas contra trabalhadores naquela usina, famosa por inúmeras violações em direitos sociais e trabalhistas em nosso Estado, a área de conflito social, houvesse aplicação correta da lei de reforma agrária neste País, e os conflitos sociais existentes naquela área dariam causa a desapropriação por interesse social para a finalidade de reforma agrária. São milhares de trabalhadores que lá vivem e trabalham, a sua grande maioria sem carteira assinada, com desrespeito absoluto aos seus direitos, de modo que talvez deveríamos conceder a cidadania honorária aos milhares de trabalhadores que naquela usina atuam. Talvez deveríamos conceder a cidadania consistente na carteira de trabalho, no direito ao salário-mínimo, no direito a licença-maternidade, as férias anuais, ao repouso semanal remunerado, ou então, a indenização na rescisão imotivada, todos direitos negados naquela usina. Naquela usina não há exemplaridade. Se há outras usinas de álcool cuja ação e atividade é exemplar, não só no que diz respeito à produção, mas sobretudo no que diz respeito ao respeito aos direitos sociais, quem sabe esse usineiro merecesse a cidadania honorária.

Quero então, encaminhando contrariamente, pela primeira vez, a concessão de cidadania honorária, dizer que vou me deter no estudo da normatização que regula a concessão de cidadania honorária pela Assembleia Legislativa do Estado para apresentar à Mesa da Assembleia e a este Parlamento, sugestões no sentido justamente de superar o processo de banalização des-

ses títulos e para que possamos ora em diante votar na função de altos interesses e de relevantes serviços prestados ao Estado que lamentavelmente não é o caso concreto do projeto em discussão e isto com a devida vênia, o devido respeito ao ilustre autor que se notabiliza aqui na Assembléia Legislativa pela defesa dos interesses públicos, pela defesa dos interesses partidários e que merece o nosso maior respeito, mas que neste particular, eu talvez até tenha ensejado um tipo de debate que me parece fundamental para que não só os títulos, mas todas as votações nesta Casa sejam feitas na função do relevante e mais alto interesse público.

Era a manifestação e o encaminhamento.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, também vejo com uma certa preocupação essa outorga de título de cidadão honorário do Paraná ao Sr. Serafim Meneghel. Até faria um apelo ao Deputado proponente do título, Deputado Oswaldo Trevisan, para que defendesse o seu projeto, para que o Plenário tomasse um conhecimento maior da vida do Sr. Serafim Meneghel.

Gostaria de ouvir o Deputado Oswaldo Trevisan contando as façanhas do homem do chapéu branco lá de Bandeirantes e da ida ao campo e dando tiro na bola, na hora em que o juiz marcou um pênalti contra o União Bandeirantes. São fatos pitorescos que ocorreram na vida do Sr. Serafim Meneghel.

Então teríamos um prazer enorme, Deputado Oswaldo Trevisan, de que V. Exa. hoje desse conhecimento da causa, a história do Sr. Serafim Meneghel, o homem que furou a bola na hora que o juiz marcou o pênalti, o homem que intimida o juiz que vai a Bandeirantes, um homem que apesar de todo o trabalho que tem feito em valorizar aquela cidade tem histórias pitorescas que de repente poderão fazer com que mude a opinião de alguns Parlamentares em relação a maneira que devemos votar este título de cidadão honorário, gostaria de ouvir o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na verdade não tenho um conhecimento tão profundo da vida do Serafim, mas respeitamos e achamos válida a apresentação deste Projeto. Porque Serafim Meneghel e sua família fazem história no Paraná. Quando se fala do Serafim, o esportista que carregou pelo Paraná afora o seu time de futebol, que defendia com muita garra e, de repente, tem gente

achando que se passa por um homem valentão. É um homem que sempre com garra defendeu aquilo que estava fazendo. É um empresário exemplar no Paraná. Uma empresa não é por defender o setor açúcar-alcooleiro, temos que defender aqueles que fazem história produzindo, fazendo riqueza, dando empregos, dando condição de vida, desenvolvimento ao Estado do Paraná. E a empresa Serafim que há 50 anos faz açúcar no Paraná, merece, sem dúvida nenhuma, receber este Título, porque tem feito o progresso junto com todos aqueles que querem o bem ao Paraná. Parabéns Trevisan ao seu Projeto e, sem dúvida nenhuma, devemos votar a favor desse Projeto.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) -

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores em vários momentos temos votado contra alguns Títulos de Cidadania Honorária. Alguns por posição firme, política de conhecer o passado da pessoa, outros por não sabermos nada quem é, não convém premiar quem não se sabe se merece ou não. Serafim Meneghel nós conhecemos. Sabemos o quanto sofrem os trabalhadores de Bandeirantes naquela usina, sabemos das condições de trabalho desses trabalhadores, dos míseros salários que são pagos. Por isso votaremos contra esse Título de Cidadania Honorária, porque se tem alguém que merece esse Título de Cidadão Honorário é justamente aquele que ganha o seu pão com o próprio suor e não aquele que ganha o pão com o suor alheio. Que é o caso específico e às vezes ameaçando inclusive as pessoas, como ele mesmo conta na questão do esporte que ele ameaça. Se ameaça alguém no esporte, calcula-se no dia-a-dia, no trabalho da fazenda.

Então o PT vota contra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Questão de Ordem) - Antevendo e tendo em conta a aprovação de Projetos dessa natureza, e até tendo a notícia agora de que amanhã teremos Sessão Solene, que a Mesa Executiva pudesse apreciar a possibilidade de concessão desses Títulos poder processar-se em horário distinto das Sessões Parlamentares desta Casa. Até porque a cada Título que se concede nesta Casa, corremos o risco de ter uma Sessão à frente de trabalhos sendo tomada com essa situação objetiva na maior parte dos casos, uma Sessão Solene com uma pequena participação, como me diz aqui o Deputado Alborghetti.

De modo que é uma questão que talvez pudesse merecer a apreciação para que a

cidadania honorária pudesse ser feita com toda solenidade exigível, mas em horário distinto das Sessões desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto. **Aprovado.**

O DR. ROSINHA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Florisvaldo Fier requer verificação de votação.

A Mesa irá proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Vinte e dois (22) Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Está aprovado o Projeto.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, tinha 18 em pé.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência registra, com satisfação, a pedido do Deputado Hélio Rusch, a presença do Senhor Celso Iuk, de Santa Helena.

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 3417, 3418, 3419, 3420, 3421, 3422, 3423, 3424, 3425, 3426, 3427, 3428, 3429, 3430, 3431, 3432, 3433, 3434, 3435, 3436, 3437, 3438, 3439, 3440, 3441, 3442, 3443, 3444, 3445, 3446 e 3447, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3412 e 3413, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3414, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3416, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3448, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3450 e 3451, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3453, 3455, 3456 e

3457, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3458, 3459, 3460 e 3461, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3468, de autoria dos Senhores Deputados Cezar Silvestri e Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3467, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3469, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3464, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

A Mesa informa que amanhã será realizada uma Sessão de outorga de Título de Cidadania Honorária do Paraná ao Dr. Armando Martins Ferreira, Projeto de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig. A Sessão será às 15:00 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para quinta-feira, dia 16, às 15:00 horas.

Marca ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 027/93, 030/93, 037/93, 044/93 e 048/93.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 367/92 e 265/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 353/91, 039/93, 299/93, 314/93, 325/93, 353/93, 354/93, 358/93, 370/93, e 403/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 398/91, 108/93, 275/93, 333/93, 359/93, 383/93, 391/93, 397/93, 400/93, 412/93, 419/93, 420/93, 422/93, 423/93, 424/93, 426/93, 431/93, 433/93, 436/93, 440/93, 441/93, 443/93, 453/93 e 456/93.

Levanta-se a sessão.